

Correio de Ube  
Uberlândia - Em 11 de Maio de 1960  
Ano XXIX

Um Nucleo Estudantil  
UTES Congr. Juarez na cidade  
Secundaristas

ser fundado na cidade a (Ponte An-  
tonio Nacional), órgão que agrupa-  
dos demais Faculdades e Escolas.  
de Be-  
pelos cab-  
impres- a pro-  
respetiva  
um ma-

merar ve-  
de estudan-  
sar da terra os princípios de-  
com um dolo

tes prepararam greve

Esperamos dentro de  
publicar o programa de  
este campanha jesuítas

Atena  
Editora  
Ano 2024

STOCHER

# O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO TRIÂNGULO MINEIRO

SOB A ÓTICA DA IMPRENSA ESCRITA  
NOS ANOS DE 1950 E 1960

Correio de Ube  
Ano XXIX

ISAURA MELO FRANCO

Um Nucleo Estudantil

UTES Congr. Juarez na cidade

Secundaristas

# O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO TRIÂNGULO MINEIRO

ser formado na cidade a Ponte An-  
denação Nacional, órgão que agrup-  
das demais Faculdades e Escolas de  
de Ba-  
para as  
para a pro-  
respectiva  
um ma-

de estudar

REPORTER

SOB A ÓTICA DA IMPRENSA ESCRITA  
NOS ANOS DE 1950 E 1960

vistas de todos os estabeleci-  
tos de ensino da diocese.  
Diante a realização de  
grosso seria feitas diversas  
serenatas e palestras de  
casos espantosa, moral e  
1961.

Esperamos dentro es-  
publicar o programa desta  
tante campanha jectiva.

tes prepararam greve

  
Atena  
Editora  
Ano 2024

STOCHER

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Thamires Camili Gayde

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2024 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2024 A autora

Copyright da edição © 2024 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pela autora.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo do texto e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva da autora, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos a autora, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Profª Drª Aline Alves Ribeiro – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia  
 Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora  
 Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
 Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra  
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
 Profª Drª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso  
 Prof. Dr. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
 Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
 Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
 Profª Drª Eufemia Figueroa Corrales – Universidad de Oriente: Santiago de Cuba  
 Profª Drª Fernanda Pereira Martins – Instituto Federal do Amapá  
 Profª Drª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina  
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
 Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
 Prof. Dr. Joachin de Melo Azevedo Sobrinho Neto – Universidade de Pernambuco  
 Prof. Dr. João Paulo Roberti Junior – Universidade Federal de Santa Catarina  
 Prof. Dr. Jodeylson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
 Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso  
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
 Profª Drª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau  
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
 Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
 Profª Drª Lisbeth Infante Ruiz – Universidad de Holguín  
 Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
 Profª Drª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
 Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
 Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande

- Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
- Profª Drª Mônica Aparecida Bortolotti – Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná
- Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
- Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
- Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
- Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
- Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
- Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
- Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro Oeste
- Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
- Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
- Profª Drª Vanesa Bárbara Fernández Bereau – Universidad de Cienfuegos
- Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
- Profª Drª Vanessa Freitag de Araújo – Universidade Estadual de Maringá
- Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia
- Universidade de Coimbra
- Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
- Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

## O movimento estudantil no Triângulo Mineiro sob a ótica da imprensa escrita nos anos de 1950 e 1960

**Diagramação:** Ellen Addressa Kubisty  
**Correção:** Jeniffer dos Santos  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** A autora  
**Autora:** Isaura Melo Franco

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F825 Franco, Isaura Melo  
 O movimento estudantil no Triângulo Mineiro sob a ótica da imprensa escrita nos anos de 1950 e 1960 / Isaura Melo Franco. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2024.

Formato: PDF  
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
 Modo de acesso: World Wide Web  
 Inclui bibliografia  
 ISBN 978-65-258-2131-3  
 DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.313241709>

1. Movimento Estudantil no Triângulo Mineiro (1950-1960). I. Franco, Isaura Melo. II. Título.

CDD 981.51

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**  
 Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
 Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## DECLARAÇÃO DA AUTORA

A autora desta obra: 1. Atesta não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao conteúdo publicado; 2. Declara que participou ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certifica que o texto publicado está completamente isento de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirma a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhece ter informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autoriza a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

“Caminhando contra o vento  
Sem lenço e sem documento  
No sol de quase dezembro  
Eu vou

O sol se reparte em crimes  
Espaçonaves, guerrilhas  
Em cardinales bonitas  
Eu vou

Em caras de presidentes  
Em grandes beijos de amor  
Em dentes, pernas, bandeiras  
Bomba e Brigitte Bardot

O sol nas bancas de revista  
Me enche de alegria e preguiça  
Quem lê tanta notícia  
Eu vou [...]”

(VELOSO, 1967)

O presente livro faz parte dos resultados de pesquisa que constituíram parte da tese de doutoramento “A Juventude Estudantil pelo olhar dos jornais do Triângulo Mineiro: entre a tutela e a subversão (décadas de 1950 e 1960), defendida na em março de 2020 no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

Está dividido em quatro capítulos: a militância estudantil no Triângulo Mineiro no período pré-ditadura (1950-1964); as manifestações discentes triangulinas após a implantação do regime político militar (1964-1969); os jornais uberabenses e o movimento das faculdades locais pela criação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro e o cenário de acirramento da repressão; e o movimento estudantil nacional e a “subversão” noticiada.

Neste foi realizada a análise sobre o posicionamento dos jornais escritos que circularam nos municípios de Uberaba, Uberlândia e Ituiutaba durante as décadas de 1950 e 1960 em relação à ocorrência das inúmeras manifestações dos estudantes organizados coletivamente na forma de movimento estudantil nessas cidades e também no país durante esse período. Desse modo, o objetivo principal deste se constitui em discutir as ações, relações e ideários políticos existentes entre esses impressos, a militância discente e a sociedade civil em geral.

Nessa perspectiva, são discutidas primeiramente as ações dos discentes da região entre os anos de 1950 a 1964, período anterior a implantação da ditadura civil-militar no país. Em seguida, são abordadas as manifestações dos estudantes após a chegada dos militares ao poder até o final da década de 1960, no intuito de identificar possíveis reflexos do cenário político nacional no movimento estudantil triangulino.

A opção pela divisão nos períodos anterior e posterior ao governo civil-militar no país apresenta o objetivo central de desvendar distintas fases relacionadas às representações produzidas em torno do movimento discente, evidenciando a influência do regime autoritário nos variados setores da sociedade civil, mesmo em localidades distantes dos grandes centros urbanos.

Além disso, também mereceu destaque a análise das matérias que circularam nos maiores órgãos da imprensa dessa região em relação à militância juvenil nos grandes centros urbanos. Temática bastante abordada no período investigado, de forma que foram encontradas trezentas e doze matérias em torno desse assunto, como já assinalado. Desse modo, a análise desse conteúdo visou adensar a discussão sobre a colocação desses jornais em relação às manifestações políticas do movimento estudantil nesse contexto.

Levando em consideração tais propósitos, foram selecionadas importantes matérias jornalísticas em relação às ações dos secundaristas e

universitários associadas às principais entidades discentes do Triângulo Mineiro, e também referentes ao movimento estudantil efervescente em nível nacional, principalmente representado pela UNE.

É necessário ressaltar o fato de que, a efervescência política dos estudantes vislumbrada tanto em nível nacional quanto regional nos anos de 1960, dentre diversos fatores, se caracterizou como processo de expansão do ensino superior às camadas médias urbanas, principalmente a partir da década de 1950, recorte privilegiado do presente estudo.<sup>1</sup>

Desse modo, a obra “O Movimento Estudantil no Triângulo Mineiro sob a ótica da imprensa nos anos de 1950 e 1960” apresenta conceitos, teorias e metodologia bem fundamentadas, contribuindo para a produção científica do país.

Isaura Melo Franco

---

<sup>1</sup> Durante as décadas de 1950 e 1960 ocorreu “[...] uma nítida expansão do ensino superior, a ponto dos 27 mil estudantes de 1945 terem se transformado, em 1950, em 72 mil; em 1960, a 93 mil, chegando a 142 mil em 1964. Uma taxa de crescimento muito maior que a da população brasileira e muito maior que a do ensino básico no país” (MARTINS FILHO, 1998, p.78).

<b>CAPÍTULO 1 - A MILITÂNCIA ESTUDANTIL NO TRIÂNGULO MINEIRO NO PERÍODO PRÉ-DITADURA (1950-1964).....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 2 - AS MANIFESTAÇÕES DISCENTES TRIANGULINAS APÓS A IMPLANTAÇÃO DO REGIME POLÍTICO MILITAR (1964-1969).....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO 3 - OS JORNAIS UBERABENSES E O MOVIMENTO DAS FACULDADES LOCAIS PELA CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO E O CENÁRIO DE ACIRRAMENTO DA REPRESSÃO.....</b>	<b>27</b>
<b>CAPÍTULO 4 - O MOVIMENTO ESTUDANTIL NACIONAL E A "SUBVERSÃO" NOTICIADA.....</b>	<b>39</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>58</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>59</b>
<b>SOBRE A AUTORA .....</b>	<b>63</b>

## A MILITÂNCIA ESTUDANTIL NO TRIÂNGULO MINEIRO NO PERÍODO PRÉ-DITADURA (1950-1964)

Considera-se primeiramente a importância de se estudar as representações de imprensa em relação aos estudantes “[...] em cada conjuntura histórica para compreender os diferentes conteúdos e formas que assumem as mobilizações estudantis [...]” (MARTINS FILHO, 1987, p.13). Nesse sentido, este subitem trata das produções jornalísticas no início da década de 1950, período de ativação das ações estudantis por todo o país, até a ocorrência do golpe civil-militar, quando ocorreu o acirramento do controle às ações da juventude.

No que se refere às mobilizações dos estudantes, não serão discutidas somente as ações dos universitários, mas dos secundaristas no Triângulo Mineiro, que também buscaram se organizar politicamente em luta por seus ideais e na reivindicação por seus direitos. A partir da fundação de sua entidade nacional a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) em 1948, foi se consolidando o movimento estudantil secundarista por todo o país. Vale lembrar que:

Quando se fala em movimento estudantil geralmente se pensa em universitários, jovens acima de 18 anos, estudando em faculdades. Mas o Brasil contou em vários momentos de sua história política recente com intensa participação de estudantes secundaristas, meninos e meninas entre 14 e 18 anos, alunos do ensino médio (ARAÚJO, 2007, p.68).

Nesse contexto emergiu uma participação política de secundaristas na região, algumas vezes ao lado dos universitários, outras vezes de forma independente na luta por causas próprias restritas ao grupo.

Logo são abordadas as temáticas que mais se destacaram nos periódicos investigados nesse período anterior a ditadura, as quais se concentraram: na luta dos secundaristas de Uberlândia contra as anuidades escolares, tendo em vista que a maior parte das instituições que ofertavam esse nível de ensino estava sob o domínio da iniciativa privada nesse contexto; o engajamento dos estudantes em agremiações políticas; e a realização de variadas reivindicações por parte desses discentes.<sup>1</sup>

Uma das principais bandeiras de luta dos secundaristas de Uberlândia desde o início dos anos de 1950 e durante a primeira metade da década de 1960 foi o valor das anuidades escolares. Tal tendência refletia o cenário do movimento estudantil nas capitais brasileiras. Visto que, após o início da criação das uniões municipais de secundaristas no país ainda na década de 1940, as lutas pela garantia a meia-passagem e a meia-entrada nos cinemas eram constantes entre esses, bem como a ocorrência das manifestações

---

<sup>1</sup> No ano de 1959, a matrícula no ensino secundário particular girava em torno de 700 mil estudantes, contra pouco mais de 370 mil provenientes das escolas públicas. Após dez anos, a situação foi invertida: mais de 2 milhões de alunos estão cursando esse nível de ensino em instituições públicas contra 1,5 milhões em colégios de iniciativa privada (PALMA FILHO, 2010).

anuais contra o aumento das mensalidades escolares cobradas pelos estabelecimentos particulares de ensino (ARAÚJO, 2007).

No entanto, verificou-se de acordo com os jornais da região, que tal empreitada foi vivenciada apenas no âmbito da União dos Estudantes Secundaristas de Uberlândia (UESU), de forma que os secundaristas dos demais municípios do Triângulo Mineiro abordados por esse estudo, não são evidenciados pela imprensa em campanhas contra o aumento de tais taxas.

Essas greves nos anos de 1950 se espalharam por todo o país como forma de protesto dos alunos contra a elevação das anuidades escolares. Sendo a primeira grande luta da UBES em 1950, iniciada no Rio de Janeiro e em São Paulo. Tais acontecimentos eram retratados pela imprensa da região, como destacou a matéria “A greve dos estudantes no Brasil”:

[...] os estudantes de todo o Brasil entrarão em greve contra as altas taxas escolares. Os estudantes de Uberlândia que não teem tanto problema emprestaram sua solidariedade aos estudantes do Brasil, que lutam por suas reivindicações (*sic*) [...] (*Correio de Uberlândia*, 17/09/1950).

Por meio da nota acima, pode-se observar que o *Correio de Uberlândia* apresentou a ocorrência da greve estudantil pelo país como direito dos discentes, no entanto, teve o cuidado de não se comprometer com os proprietários dos estabelecimentos de ensino privados do município, ao afirmar que os estudantes de Uberlândia não tinham tanto problema com essa questão. Tal ocorrência pode ser explicada também pelo interesse do jornal em manter suas operações e gerar lucros, visto que, nesse cenário os dirigentes das escolas particulares faziam parte do quadro de seus anunciantes.<sup>2</sup> Nesse sentido, vale salientar que:

Converter os fatos em matérias e publicar matérias é uma questão do que pode caber em termos culturais - convenções narrativas e tradições jornalísticas que funcionam como uma maneira de dar uma forma ao amontoado confuso e ruidoso dos fatos do dia (DARTON, 1990, p. 15).

Na segunda metade da década de 1950 ampliou-se na imprensa da região o número de matérias sobre o movimento estudantil local e também nacional. Visto que, principalmente a partir de 1956 intensificou-se o processo de politização dos jovens discentes por todo o país. Fato que chamou a atenção de amplos setores da sociedade brasileira para o direcionamento das ações estudantis (POERNER, 1995).

O jornal *Lavoura e Comércio* de Uberaba também divulgou em suas páginas os episódios das frequentes greves dos secundaristas em âmbito nacional contra a alta dos valores das anuidades escolares, organizada por meio da AMES com sede no Rio de Janeiro, assim como destacava a matéria “Em greve os estudantes secundários de todo o país”:

---

<sup>2</sup> Ressalta-se que não foram encontradas informações sobre essas taxas escolares para comprovar a autenticidade dessa observação realizada pelo jornal.

[...] o presidente da Associação Metropolitana dos Estudantes Secundários convocou o Conselho Representativo daquela entidade, a fim de reunir-se hoje. Grandes passeatas assinalando a marcha da 'Operação K' serão realizadas nas principais ruas da cidade, bem como comícios-relâmpagos nos locais movimentados, porquanto a greve, sendo de caráter nacional, terá seu maior sustentáculo de atividades aqui no Rio (*Lavoura e Comércio*, 28/02/1959).

A publicação de tal notícia indicava a preocupação de parte da sociedade uberabense em relação à repercussão desse movimento em nível local. Apesar da evolução dos acontecimentos, não foi encontrado na imprensa investigada nenhum vestígio de realização de greve organizada pela União Estudantil de Ituiutaba (UEI) e a União Estudantil de Uberaba (UEU) em luta contra os valores das anuidades dos estabelecimentos de ensino secundário nessas duas cidades.

Em Uberlândia foi recorrente durante o período anterior à implantação da ditadura civil-militar no país, a luta da UESU pelo cumprimento no município da legislação em relação ao pagamento das taxas às instituições de ensino secundário, como foi possível evidenciar em “UESU quer obediência a portaria 102: taxas escolares”:

O ofício da UESU, informa que: “[...] dispostos os secundaristas uberlandenses a fazerem valer os direitos que lhes foram conferidos pela portaria 102 do Ministério da Educação -apoio da União Brasileira de Estudantes [...]” (*Correio de Uberlândia*, 16/04/1959).

Tal empreitada dos secundaristas uberlandenses continuou sendo bandeira de luta destes durante todo o ano de 1962. Em janeiro a Chapa Alvorada, que disputava as eleições para a diretoria da UESU, enviou ofício ao ministro da educação para a discussão do aumento das taxas escolares para esse ano letivo, em seguida publicou seu protesto na imprensa local. Observa-se a nota “Secundaristas contra o aumento das anuidades”:

Com data de 25 de janeiro recebemos de um grupo de estudantes a seguinte matéria que passamos a transcrever. ESTUDANTES SECUNDARISTAS PROTESTAM CONTRA AUMENTO ANUIDADES ESCOLARES. A diretoria da 'CHAPA ALVORADA', órgão que congrega os estudantes secundários de Uberlândia, em face dos recentes aumentos das anuidades e taxas escolares, lança em nota oficial, protesto contra essa deliberação [...] Este ofício foi enviado ao ministro Oliveira Brito da Educação e Cultura, no dia de hoje (*Correio de Uberlândia*, 28/01/1962).

O protesto acima também foi publicado pelo jornal *O Repórter*, com as mesmas palavras “Estudantes Secundários protestam contra aumento anuidades escolares” - (*O Repórter*, 29/01/1962). Essas iniciativas indicavam o engajamento político desses estudantes no que se refere à cobrança pelo direito a uma educação mais acessível. Logo foi possível observar na região uma maior atividade dos secundaristas uberlandenses em relação às lutas empreendidas em favor de seus direitos nos anos de 1960.

Em fevereiro desse mesmo ano ocorreu um “Novo manifesto dos secundaristas”, fato que sugeria a revolta desses militantes, devido ao não atendimento de suas reivindicações pelos políticos.

[...] somos o terceiro centro estudantil do Estado e por isto temos que fazer uma união poderosa que possa equiparar-se com as demais entidades do imenso território brasileiro. Por toda a parte há o estudante pobre e o estudante rico. O primeiro não teve a sorte de nascer em lar milionário e por isto mesmo oitenta por cento da pobreza nacional não tem nem sequer um curso primário, isto devido ao alto custo de vida que não permite na época que estamos a um pai de família que ganha o salário mínimo, pagar 15 mil cruzeiros anuais para seu filho fazer o curso ginasial. O segundo estudante, mais favorecido pela sorte pode frequentar os mais modernos colégios do Brasil. Portanto desta maneira queremos lutar para que haja no futuro uma perfeita igualdade de condições entre todos os estudantes [...] ESTUDANTES. Em nome dessa união que é nossa em nome de você que não quer falhar à vossa vocação de construir o presente e o futuro que merecemos, fazemos um apelo para que meditem no alto sentido destes propósitos[...] Não basta, porém, votar. É indispensável que cada um no seu trabalho ou na sua escola, se torne um construtor dinâmico desta vitória, que precisa ser alcançada palmo a palmo para a grandeza dos Estudantes Secundaristas de Uberlândia [...] Estudantes a luta existe cabe a vocês decidirem. Pela Chapa Alvorada – Carlos – Cand. Pres. Comissão Publicitária - Humberto Arantes (*Correio de Uberlândia*, 03/02/1962).

Por meio do protesto do estudante acima, foi veiculada a indignação com o descaso dos poderes públicos com a educação nesse período, evidenciando parte das consequências no campo educacional da desigualdade social existente no país.<sup>3</sup> Por outro lado, percebe-se também que a educação era considerada como pilar para o futuro da nação.<sup>4</sup>

Na sequência dos acontecimentos, *O Repórter* publicou o artigo “Greve dos estudantes”, o qual discorria sobre a possibilidade de uma nova greve estudantil com a paralisação de alguns dias de aula. Nesse momento os representantes da UESU se encontravam articulados com as ações da UCMG, a qual declarava greve geral dos estudantes em Minas Gerais em prol de menores taxas escolares.

Sobre tal ocorrência, o jornal se posicionou na direção contrária a possibilidade de paralisação dos discentes, afirmando que: “[...] os alunos não podem perder aulas e seus pais também não podem perder dinheiro, pois de qualquer modo são obrigados ao pagamento, para que seus filhos não percam as matrículas [...]” (*O Repórter* 28/04/1962). Fato que pode ser explicado devido à defesa de interesses particulares do próprio impresso de iniciativa privada. Este obtinha renda por realizar a publicidade de colégios particulares

---

3 A situação educacional do país na década de 1960 não era favorável as classes populares já que: “A instrução primária e secundária era atribuição dos municípios e dos estados, mas menos de 10 por cento dos alunos matriculados no primeiro grau concluíam o curso primário, e apenas 15 por cento dos estudantes secundários conseguiram ir até o fim do curso. As causas incluíam recursos inadequados para contratar professores e construir escolas, indiferença dos pais, falta de dinheiro para pagar uniformes escolares, pressão dos pais para que os filhos trabalhassem e muitas outras. Na maior parte das cidades, as melhores escolas secundárias eram particulares e atendiam aos filhos dos ricos que levavam enorme vantagem nos exames de admissão às universidades federais gratuitas. Não causava surpresa o fato de as universidades do governo serem freqüentadas em sua maioria por filhos de gente bem de vida. Com mais da metade das verbas para educação canalizadas para as universidades federais, o governo na realidade trabalhava contra a ascensão social via educação” (SKIDMORE, 2004, p. 31-32).

4 Ideia respaldada pelo movimento internacional que se legitimava apoiado na Teoria do Capital Humano, desde os anos de 1950.

em suas páginas. Além disso, nesse momento crescia em todo o país o policiamento sobre os movimentos sociais, inclusive sobre os estudantes, novo elemento social que se desenvolvia como formador de opinião em grandes centros urbanos.

Após alguns meses de pausa, a imprensa uberlandense voltou a publicar manchete sobre a possibilidade de uma nova onda de greves estudantis por todo o país, dirigida pela UBES, pois o problema do valor das cobranças financeiras dos colégios aos alunos não havia sido resolvido.



Figura 1: Manchete divulgando a possibilidade de greve estudantil<sup>5</sup>

Fonte: *O Repórter*, 21/11/1962.

Na manchete “Estudantes preparam greve” é possível inferir que a ocorrência das greves em cidades interioranas, como Uberlândia, em relação às taxas cobradas pelos estabelecimentos de ensino secundário, tinha em sua maioria origens nas discussões das entidades discentes de maior representatividade presentes em capitais. As decisões tomadas nessas localidades em relação a tal problemática eram sempre divulgadas pela imprensa local, pois a UESU, entidade a qual representava um significativo número de secundaristas no estado nesse momento, mantinha sintonia de interesses com o movimento estudantil secundarista mineiro e também nacional.

<sup>5</sup> “B. HORIZONTE (Belpress) — A greve dos estudantes secundários de Belo Horizonte contra a taxa criada pelos colégios sob o pretexto do 13º mês de salário dos professores depende de uma definição do Ministro da Educação a respeito da União Brasileira dos Estudantes Secundários, que dirige a campanha no âmbito nacional. O presidente substituto da União Colegia de Minas, Jorge Bastos Gabi, afirmou que deflagrará a greve no Estado se o ministro Darci Ribeiro não tomar uma providencia contra os donos dos colégios. A UMES está promovendo um encontro da juventude e por isso ainda não pensou cuidadosamente no assunto” (*O Repórter*, 21/11/1962).

Todavia convém salientar que, tal situação ocorria devido ao fato de que grande parte dos colégios secundários nesse período estava sob o domínio da iniciativa privada. Logo havia uma pressão da sociedade para que o governo interviesse, concedendo subvenções a esses estabelecimentos em troca da oferta de vagas para bolsistas. No entanto, tais beneficiários eram muitas vezes escolhidos pelos dirigentes das escolas, gerando muita tensão da classe média que se avolumava em torno da reivindicação de escolas para seus filhos, processo este que vai se intensificando até por volta de 1968 com a crise dos excedentes.

Em fevereiro de 1964 nova ameaça de greve voltou a agitar o *Correio de Uberlândia* que publicou a manchete “Greve (incerta) de estudantes secundaristas” (16/02/1964), a qual discorria sobre a advertência dos secundaristas de todo o país para que o ministro da educação fizesse abaixar as elevadas taxas cobradas pelos proprietários das escolas para esse ano letivo.

De modo geral, vale ressaltar que a imprensa local nunca publicava os desfechos de tais greves estudantis, se estas tiveram êxito ou não. Por um lado, sempre chamava a atenção da opinião pública em relação a esses acontecimentos, através dos destaques em manchetes e nas primeiras páginas. Por outro lado, demonstrava descompromissada com os resultados dessas reivindicações.

Tal ocorrência pode ser explicada parcialmente, devido ao interesse próprio dos jornais em chamar a atenção de seu público leitor por meio de destaques polêmicos, como a ocorrência de greves e manifestações. Nesse sentido, esses veículos de comunicação em sua maioria, não seguiam a tendência de reconhecer as vitórias dos movimentos sociais, buscando dar maior ênfase à desordem em detrimento as suas conquistas.

Durante a década de 1950 e início dos anos de 1960 foi comum nos jornais da região a divulgação da criação de entidades estudantis, tanto de secundaristas quanto de universitários, em apoio à campanha eleitoral de alguns candidatos aos governos regionais e nacionais.

Em 1955 um grupo de alunos das faculdades e escolas secundárias de Uberaba criou a “Frente Acadêmica de Renovação Nacional” para a divulgação das propostas políticas dos candidatos Juarez Távora e Milton Campos à presidência e vice-presidência da República, ligados à União Democrática Nacional (UDN). Além disso, tal coligação pretendia redigir um manifesto para que todos os universitários votassem nesses candidatos, assim como indicava o *Correio Católico* na nota “Criado um Núcleo Estudantil pró Juarez na cidade”.



Figura 2: Nota divulgando a criação de Núcleo Estudantil <sup>6</sup>

Fonte: *Correio Católico*, 03/09/1955.

Em contraposição a candidatura de Juarez Távora e Milton Campos, outro grupo de universitários de Uberaba lançou manifesto no mesmo jornal em apoio à candidatura do então governador de Minas Gerais do Partido Social Democrático (PSD), Juscelino Kubitschek de Oliveira à presidência da República, por meio da “Frente Estudantil J. Kubitschek Manifesto” (*Correio Católico*, 10/09/1955). Nessa ocasião, o referido jornal ao publicar as manifestações de estudantes com interesses políticos divergentes, não deixou transparecer sua opção política.<sup>7</sup>

Nas eleições para a presidência da República no ano de 1955, Juscelino Kubitschek de Oliveira foi eleito, tendo a maioria dos votos também em Minas Gerais, sendo o candidato Juarez Távora o segundo mais votado, a frente dos outros candidatos Adhemar de Barros do Partido Social Progressista (PSP) e Plínio Salgado do Partido de Representação Popular (PRP).

Na ocasião da última eleição presidencial antes do golpe civil-militar de 1964, um grupo de secundaristas e universitários de Uberlândia integrou o Comitê Estudantil Nacionalista Pró Lott-Jango-Tancredo, em apoio às candidaturas de Marechal Henrique Teixeira Lott para a presidência da República, lançado pelo Partido Social Democrático (PSD) e pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), João Goulart para a vice-presidência através do PTB e Tancredo Neves para governador de Minas pelo PSD. O surgimento de tal organismo foi divulgado pelo jornal *O Repórter* na nota “Comitê Estudantil”, como indicado abaixo:

<sup>6</sup> “Acaba de ser fundada na cidade a ‘Frente Acadêmica de Renovação Nacional’, órgão que agrupará estudantes das diversas Faculdades e Escolas secundarias uberabenses. A ‘Frente Acadêmica de Renovação Nacional’ se apresenta a trabalhar pelas candidaturas de Juarez Távora e Milton Campos à presidência e vice- presidência da República, respectivamente, devendo lançar nos próximos dias, um manifesto à classe universitária” (*Correio Católico*, 03/09/1955).

<sup>7</sup> Por meio das publicações não é possível identificar com clareza as opções políticas dos jornais em cada momento estudado, contudo, são perceptíveis tendências mais gerais.

Recebemos do Comitê Estudantil o seguinte comunicado: Ilmo sr. Redator: Temos a satisfação de levar a seu conhecimento que às 15 horas do dia 13 deste, na sala da Associação dos Empregados no Comércio com o comparecimento de estudantes dos nossos estabelecimentos de ensino médio e superior, foi fundado o Comitê Estudantil Nacionalista Pró Lott-Jango-Tancredo, com a finalidade precípua, não só de propaganda daquelas candidaturas como principalmente de instruir o povo sobre o nacionalismo, sua finalidade e suas razões. Agradecido pela publicação da Diretoria eleita, que será breve e festivamente empossada, cordialmente. Uberlândia, 21 de março de 1960 (*O Repórter*, 22/03/1960).

O apoio de parte dos estudantes uberlandenses aos candidatos ligados ao PTB incomodou os interesses políticos do *Correio de Uberlândia*, que não se conteve as manifestações discentes e assim se pronunciou no artigo “Do ‘nacionalismo’ do Lott”:

Estava a noite no ar Afonso Pena em frente ao Cine Uberlândia, no dia da mudança da capital federal para o planalto central, quando ouvi os ruídos das nossas escolas de samba que vinham desfilando pela avenida afora [...] Notei que junto a elas vinham uns estudantes carregando uma faixa. A faixa dizia que era o Comitê Estudantil Nacionalista Pró-Lott. Vendo aquilo não pude deixar de ficar triste [...] Fiquei pensando o quanto aqueles estudantes e outras pessoas são ludibriadas na sua boa fé [...] Não foi este mesmo Henrique Lott, ministro da guerra que apoiou e defendeu o acordo Brasil-Estados Unidos combatido pelos nacionalistas? [...] que consentiu em ceder a base de Fernando de Noronha aos americanos? [...] que em programas de televisão manifestou-se contrário ao reatamento das relações com a Rússia, tese defendida pelos nacionalistas? [...] Se ao ver estudantes fanatizados pelo Lott fiquei triste, fiquei porém consolado quando me lembrei da frase de Abraham Lincoln: ‘pode-se enganar alguns por todo o tempo. Todos por algum tempo. Mas nunca todos por todos os tempos’ (*Correio de Uberlândia*, 24/04/1960).

Esse jornal voltou a publicar o mesmo artigo em 26 de abril de 1960, em defesa de sua posição contrária a candidatura de Marechal Lott à presidência da República. Este órgão da imprensa apresentava ideais políticos ligados a UDN, que nessa ocasião apoiava Jânio Quadros à presidência, o qual saiu vitorioso nas eleições de 3 de outubro de 1960.

Nesse sentido, reitera-se o fato de que, os jornais por meio dos seus discursos, acabam por produzir estratégias para convencer seu público leitor e influenciar em suas escolhas políticas, mediante seus próprios interesses. “A meta é sempre conseguir adeptos para uma causa seja ela empresarial ou política, e os artifícios utilizados para esse fim são múltiplos” (CAPELATO, 1988, p.15).

Em Ituiutaba também foram organizados pelos secundaristas os Comitês masculino e feminino em apoio à candidatura de Lott, como indicava a nota “Comitê Estudantil Masculino pró Lott”.

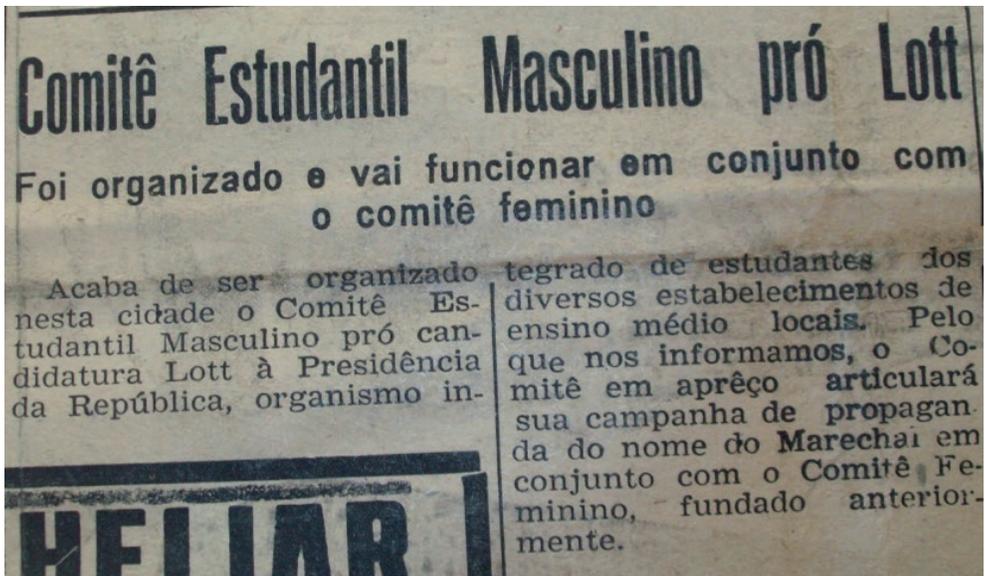


Figura 3 - Matéria sobre o “Comitê Estudantil Masculino pró Lott”<sup>8</sup>

Fonte: *Folha de Ituiutaba*, 21/05/1960.

A organização dos estudantes em apoio a tal candidato indicava o alinhamento de ideais de parte dos secundaristas no Triângulo Mineiro com o movimento estudantil nacional. Nesse período os dirigentes da UNE, UBES e UME também demonstraram apoio a Lott, apresentando tendências políticas voltadas para a esquerda ou progressista.<sup>9</sup>

Por outro lado, os representantes do Diretório Central dos Estudantes de Uberaba demonstraram apoio à candidatura de Fernando Ferrari à vice-presidência da República, lançado pelo Partido Democrata Cristão (PDC) e Movimento Trabalhista Renovador, como indicou o mural político do *Correio Católico*, “Fundado o Diretório Pró-Ferrari” (06/05/1960). Nessa eleição de 1960, Jânio Quadros foi eleito presidente pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN) apoiado pela UDN e João Goulart eleito vice-presidente pelo PTB.

O interesse dos discentes triangulinos pela política nesse momento demonstrava um movimento de politização de secundaristas e universitários, acompanhando o processo de engajamento dos jovens no movimento estudantil em nível nacional.

Durante a década de 1950, mais precisamente em sua segunda metade, os alunos do primeiro curso de Medicina da região do Triângulo Mineiro, criado em Uberaba no ano de 1953, com o apoio do *Lavoura e Comércio* empreenderam intensa campanha pela

<sup>8</sup> “Acaba de ser organizado nesta cidade o Comitê Estudantil Masculino pró candidatura Lott à Presidência da República, organismo integrado de estudantes dos diversos estabelecimentos de ensino médio locais. Pelo que nos informamos, o comitê em apreço articulará sua campanha de propaganda do nome do marechal em conjunto com o Comitê Feminino, fundado anteriormente” (*Folha de Ituiutaba*, 21/05/1960).

<sup>9</sup> “Lott exercia uma atração *a priori* sobre os nacionalistas de esquerda, na defesa de várias causas nacionalistas – a concessão do direito do voto aos analfabetos e a restrição das remessas de lucros de firmas estrangeiras para o exterior” (SKIDMORE, 1976, p.234).

federalização dessa faculdade. Tal movimento também contou com a participação de médicos e políticos locais, atrelados ao governo estadual e também federal.

Desde o processo de criação da referida faculdade, foram observadas as boas relações dos médicos uberabenses com importantes líderes políticos, como Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, que trataram a fundação dessa instituição como pauta de discussão entre estes (LOPES, 2016).

A iniciativa de se buscar a federalização da Faculdade de Medicina de Uberaba representava por um lado, interesse primeiro dos jovens estudantes da região em relação às melhorias propiciadas às condições de estudo e ensino, e por outro lado, estava associada aos anseios das elites locais quanto ao desenvolvimento do município.

A mobilização que precedeu a federalização da Faculdade de Medicina foi sempre acompanhada de perto pelo *Lavoura e Comércio*. Assim como demonstraram as notícias: “Grande passeata dos estudantes de Medicina” (*Lavoura e Comércio*, 04/07/1958); “Os estudantes de Medicina de Uberaba vão escrever página inédita na história universitária brasileira” (*Lavoura e Comércio*, 11/03/1959); e “O Projeto de Federalização da Escola de Medicina de Uberaba na Comissão de Justiça” - (*Lavoura e Comércio*, 17/06/1960). Tais manifestações eram organizadas por alunos e professores desse curso em defesa de sua federalização, alcançada no ano de 1960.

Ainda de acordo com Lopes (2016), o movimento estudantil formado por alunos dessa faculdade obteve êxito no processo de federalização desta, por ter conquistado o apoio de Juscelino Kubitschek. Observa-se:

A federalização da FMTM foi consequência de lutas travadas pelos líderes acadêmicos, dada a escassez de recursos orçamentários para cobrir custos de manutenção de laboratórios, equipamentos, hospital, remuneração de professores e funcionários, dentre outros. Coube a Juscelino Kubitschek, como presidente, já nos derradeiros dias de mandato, o papel central de apoiar o grupo nessa empreitada (LOPES, 2016, p. 163).

Desse modo, destaca-se a projeção social desses jovens em Uberaba, pertencentes a camadas privilegiadas da população, como atores políticos influentes, fato que apresentava reflexos do cenário nacional nesse período.

Em janeiro de 1960 o Centro Acadêmico “Gaspar Vianna” da Faculdade de Medicina de Uberaba em parceria com a União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais (UEE-MG) lançou manifesto no jornal *Lavoura e Comércio*, (09/01/1960) “A União Estadual dos Estudantes e o aumento de subsídios dos deputados mineiros”, advertindo sobre a tramitação na Assembleia Legislativa em relação ao aumento de subsídios aos deputados estaduais.

Os resultados de tal iniciativa não foram publicados posteriormente na imprensa. No entanto, tal nota indicava o constante diálogo e partilhamento de interesses entre universitários uberabenses e dirigentes do movimento estudantil em nível estadual. Estes eram representados nesse cenário por uma postura política crítica em relação ao

direcionamento dos recursos financeiros estaduais, já que explicitaram em protesto as consequências do aumento de tais subsídios, bem como parte das obrigações públicas do governo estadual, que não estariam sendo cumpridas em sua integridade.

Em agosto de 1961, universitários e secundaristas uberabenses, por meio do Diretório Central dos Estudantes e UEU, lançaram seu protesto à população local através do *Correio Católico*, em defesa do movimento estudantil e dos direitos políticos democráticos estabelecidos pela Constituição Federal. Tal iniciativa recebeu apoio do referido jornal, o qual publicou a nota com título bastante sugestivo: “Estudantes Uberabenses concitam povo a tranquilidade e defesa da democracia (30/08/1961).

Nesse cenário é importante destacar que o *Correio Católico* seguiu uma tendência favorável em relação às ações do movimento estudantil nacional e também uberabense que se apresentaram comprometidas com a Campanha da Legalidade. Esta foi organizada pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola aliado a líderes sindicais e políticos em favor da posse de João Goulart à presidência do país, após a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961 (CUNHA, 2007).

De modo geral, as reportagens veiculadas pelos jornais indicavam que grande parte dos universitários da região demonstrou alinhamento de interesses com o movimento dirigido pela UNE nesse período.

De acordo com o *Correio de Uberlândia* (16/02/1962) os alunos da Faculdade de Direito desse município representados pelo Diretório Acadêmico 21 de Abril, aderiram à greve geral dos universitários no Brasil de 1962 em favor da Reforma Universitária, por meio da paralisação das aulas no segundo semestre desse ano.

A ideia de realização de tal greve se originou do encontro dos diretores da UNE com os dirigentes das Uniões Estaduais de Estudantes de todo o país realizado em janeiro de 1962, organizado pelo Ministério da Educação, para a discussão de propostas para a Reforma Universitária. Nessa ocasião, os estudantes apontaram os problemas não solucionados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), reivindicando soluções para estes. De acordo com Sanfelice (1986, p.39) “os estudantes pretendiam fazer da universidade a expressão das necessidades sociais do povo, a negação de qualquer dogmatismo e uma frente cultural ativa na revolução brasileira”. Fato que mais uma vez expressava o perfil político ativo dos universitários no país.

Também era comum nesse período na imprensa triangulina a realização de reivindicações dos discentes aos políticos da região em prol do prosseguimento de obras públicas, como a questão do asfaltamento de rodovias. Fator importante para o deslocamento de grande parte desses jovens até as suas instituições de ensino.

Nesse sentido, pode-se destacar a reportagem “Estudantes de Direito: asfaltamento da BR-106” (*Correio de Uberlândia*, 18/05/1963), na qual alunos da Faculdade de Direito e da Faculdade de Ciências Econômicas de Uberlândia residentes no município vizinho de Araguari, manifestaram às autoridades locais, através desse periódico, a necessidade de asfaltamento de pequeno trecho da BR-106 que ligava as referidas cidades.

A esse respeito, convém ressaltar também o manifesto do Movimento Estudantil Unido de Ituiutaba aos políticos da região contra a paralisação das obras da BR-71, atual BR-365, como salientou a *Folha de Ituiutaba* em “Estudantes contra paralisação da BR-71”:

O Movimento Estudantil Unido de Ituiutaba, solidarizando-se com o povo da cidade e da região, manifesta seu descontentamento pelo descaso a que tem sido relegada essa parte de Minas Gerais pelos poderes públicos estaduais e federais. Outrossim, protesta veementemente contra a acintosa paralisação da Rodovia BR-71, artéria de importância vital para a economia do município, Estado e da União, solicitando enérgicas e urgentes providências para a solução deste e de outros problemas de real gravidade desta região. Não esmolamos, queremos apenas o justo! Não queremos ser considerados tão somente zona de importância eleitoral, desejamos ser atendidos na medida do que valemos! E se muito valemos, também merecemos! Pelo Movimento Estudantil de Ituiutaba. A Diretoria (*Folha de Ituiutaba*, 10/07/1963).

Por meio do manifesto acima, pode-se perceber a denúncia do movimento estudantil tijucano quanto ao descaso público com obras na região, bem como a demonstração de consciência política crítica desses jovens, ao alertarem a população quanto à importância de se cobrar melhorias públicas aos políticos eleitos pelo povo.

O destaque da *Folha de Ituiutaba* em relação às demandas estudantis que se referiam ao universo extra-escolar indicava o interesse do referido jornal pelo amadurecimento dos estudantes enquanto agentes políticos e interessados no desenvolvimento do país.

Logo é possível inferir que a *Folha de Ituiutaba* durante os anos de 1950 e início de 1960 demonstrava um perfil político progressista, sempre divulgando em suas páginas a necessidade de engajamento político dos jovens tijucanos.

Ainda em julho de 1963, esse periódico destacava a resposta do então governador de Minas José de Magalhães Pinto ao movimento estudantil local quanto ao prosseguimento das obras na BR-71, na nota “BR-71 Radiograma de MP à União Estudantil” observa-se:

Em telegrama que a União Estudantil Ituiutabana lhe endereçou, a propósito da paralisação dos trabalhos da BR-71, o governador Magalhães Pinto enviou à prestigiosa entidade dos estudantes tijucanos o seguinte radiograma: ‘Carlos Alberto Andrade Presidente da União Estudantil – Ituiutaba De B. Horizonte –hrs., 10,40 n° 907 – 11-7-63. Recebi com apreço seu telegrama de 6 corrente de vg respeito BR-71 e asseguro classe estudantil desta cidade que obras terão prosseguimento pt. – Cordiais saldações (sic). José Magalhães Pinto – Governador do Estado (*Folha de Ituiutaba*, 13/07/1963).

Assim pode-se perceber a importância da mobilização estudantil local no que se refere a melhorias públicas para a região. Pois os estudantes obtiveram resposta positiva do então governador do estado, quanto à realização das obras.

A publicação de tais manifestos dos estudantes nos jornais da região revelava também o poder da imprensa no que se refere ao direcionamento das políticas locais e regionais. Assim, a *Folha de Ituiutaba* demonstrava seu eminente apoio às reivindicações políticas realizadas pelos jovens nesse contexto.<sup>10</sup>

<sup>10</sup> Tal constatação se deve a estudos anteriores, onde foram realizadas análises de muitas outras matérias pertencen-

Nessa perspectiva, enfatiza-se mais uma vez o poder da imprensa como força política. Já que se entende que esta tem o domínio de “[...] despertar as consciências e modelá-las conforme seus valores e interesses, procurando indicar uma direção ao comportamento político do público leitor” (CAPELATO, 1988, p.23).

De modo geral, ressalta-se que durante a década de 1950, e principalmente início dos anos de 1960, os jornais da região fizeram circular dezenas de matérias sobre a participação de parte dos estudantes triangulinos, representados por diversos órgãos estudantis no cenário político de então, por meio de campanhas e manifestações não apenas voltadas para seus interesses específicos, mas reivindicações de ordem política, econômica e social. Ocorrência esta que reforçava a ideia de estudante como novo sujeito social ativo e em amadurecimento.

---

tes à *Folha de Ituiutaba* (FRANCO, 2014).

# AS MANIFESTAÇÕES DISCENTES TRIANGULINAS APÓS A IMPLANTAÇÃO DO REGIME POLÍTICO MILITAR (1964-1969)

Nesse capítulo são abordadas as ações dos estudantes por meio dos jornais no período posterior ao golpe civil-militar de 1964. Pois se partiu do entendimento de que a análise sobre as representações de imprensa deve estar diretamente relacionada ao estudo do contexto político e social em que estas foram produzidas.

Como já destacado anteriormente, o golpe civil-militar encerrou o período democrático, que vinha acontecendo desde 1946 após o fim da ditadura do Estado Novo, implantando um regime ditatorial (1964-1985), em um aparato altamente autoritário e repressivo a sociedade civil em geral. <sup>1</sup> Em outras palavras:

O autoritarismo traduz-se, igualmente, pela tentativa de controlar e sufocar amplos setores da sociedade civil, intervindo em sindicatos, reprimindo fechando instituições representativas de trabalhadores e estudantes, extinguindo partidos políticos, bem como a exclusão do setor popular e dos seus aliados da arena política [...] O Estado militar caracteriza-se pelo aumento da intervenção na esfera econômica, concorrendo decisivamente para o crescimento das forças produtivas do país, sob a égide de um perverso processo de desenvolvimento capitalista que combinou crescimento econômico com uma brutal concentração de renda (GERMANO, 2005, p.55-56).

Logo se buscou analisar as representações de imprensa produzidas em torno da participação política estudantil nesse cenário de forte censura e repressão ao movimento estudantil e a imprensa nacional, procurando evidenciar os reflexos desse regime político nestas. <sup>2</sup>

É sabido que o movimento estudantil de caráter crítico e contestatório se constituiu em principal alvo da ditadura, dentre todas as categorias perseguidas, por se constituir em novo elemento social ativo no referido cenário político e cultural. Fato que pode ser considerado devido ao grande número de estudantes perseguidos e mortos. Entre os anos de 1964 a 1974, representantes das camadas sociais intelectualizadas compuseram a maior parte dos grupos de oposição a ditadura, de forma que 57,8% do total de 2.112 processados pela Justiça Militar eram jovens, cuja maioria 51,8% tinha até vinte e cinco anos de idade, sendo destes 81,7% pertencentes ao sexo masculino (RIDENTI, 2010).

Durante a década de 1960 o movimento estudantil brasileiro, principalmente representado pela UNE, foi um dos maiores responsáveis pela luta contra o governo civil-militar. No entanto, não se pode generalizar a ideia de movimento estudantil como defensor

1 "Em um primeiro momento, o regime militar instaurado em 1964 contou com o apoio civil, ou seja, com lideranças da UDN e outros partidos. Mais tarde, principalmente a partir de 1968, o grupo militar mais conservador do regime cassou os direitos políticos de várias lideranças que apoiaram o golpe" (GHIRALDELLI JR., 2009, p.112).

2 Após o golpe civil-militar a ideologia do nacionalismo desenvolvimentista foi substituída pela doutrina da interdependência entre Brasil e Estados Unidos, difundida por meio da Escola Superior de Guerra (ESG). Assim se desnacionalizaram a ideologia compatibilizando-a com o modelo econômico adotado do capitalismo de mercado associado dependente (SAVIANI, 2007).

de transformações sociais. Pois também houve nesse período entidades estudantis empenhadas em combater as ações dos jovens contestadores da ditadura, assim como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC).

A partir do entendimento de que, os temas políticos vão sendo substituídos junto ao movimento estudantil, espera-se sublinhar possíveis consequências causadas pelo regime político vigente na forma de abordagem das matérias jornalísticas relacionadas à questão discente.

Após a efetivação do golpe civil-militar em abril de 1964, com a deposição do presidente João Goulart e a tomada do poder pelos militares, espalhou-se por todo o país a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, movimento que precedeu tal acontecimento em capitais, representando o apoio de setores tradicionais da Igreja Católica e sociedade civil ao novo governo implantado, como forma de legitimá-lo.

Na região do Triângulo Mineiro não foi diferente, a imprensa nesse cenário concedeu destaque para a realização de tais passeatas envolvendo também a participação de uma parcela estudantil, associada aos interesses conservadores de manutenção do sistema capitalista. Tal movimento, contou com o apoio do então governador de Minas Gerais, José de Magalhães Pinto, que mobilizou as tropas do estado e conclamou a cooperação de todos os mineiros em defesa deste (SANFELICE, 1986).

A participação de estudantes nessa marcha também foi destacada pela imprensa em Uberlândia, assim como integrantes de diversos setores da sociedade civil local, como abordava a manchete “Milhares de Uberlandenses na Marcha pela Liberdade” (*Correio de Uberlândia*, 05/04/1964):

[...] FESTA DO POVO. A monumental Marcha com Deus pela Liberdade foi uma festa do povo autêntica e espontânea. Mas foi também uma demonstração que Uberlândia está ao lado da ordem, da democracia, em campo oposto ao comunismo ateu e desagregacionista destruidor da família brasileira. As escolas de samba do povo desfilaram, os estudantes, os trabalhadores, os operários, intelectuais, homens do comércio e do campo, enfim todas as classes sociais disseram 'presente' a marcha, simbolizando o 'não' ao totalitarismo que se tentou impor ao Brasil livre (*sic*).

Em Ituiutaba a “Marcha da Vitória”, de acordo com a posição defendida pela imprensa, se realizou no dia 3 de abril de 1964, contando com a participação de cerca de cinco mil pessoas em passeata e missa em frente à Igreja Matriz local, em comemoração a vitória dos “princípios cristãos” sob os ditos “comunistas”.

Dia 3 de Abril foi uma data que ficará gravada na história de Ituiutaba. Nada menos de 5000 pessoas participaram da grandiosa passeata da vitória, comemorando a mudança de governo e consequente derrota do comunismo que ameaçava as instituições e a própria soberania nacional. A despeito da quase improvisação, o desfile patrocinado pela União Estudantil Ituiutabana, foi espetacular. Jamais se registrou tamanho entusiasmo e vibração cívica em nossa terra. Orações intercaladas de hinos e vivas [...] No palanque improvisado no centro da Rua 20 fizeram-se ouvir vários oradores, entre eles

os srs. Gotardo Soares Ferreira, Gersón Abrão, ambos acadêmicos de direito [...] Ituiutaba vibrou, numa das maiores manifestações públicas já realizadas em nossa terra. Regosijo pela vitória da democracia. Foi uma autêntica Marcha da Família, com Deus pela liberdade (*sic*) (*Correio do Triângulo*, 07/04/1964).

Como é evidente, a ocorrência de tal manifestação, em apoio à tomada do poder pelos militares, do ponto de vista desse jornal, contou com a colaboração de grande parte da sociedade, como estudantes e a imprensa tujucana que sobreviveu ao golpe militar, a qual representava interesses direitistas conservadores.

No município de Uberaba tal marcha em comemoração à chegada dos militares ao poder ocorreu somente no dia 23 de abril de 1964, com concentração em frente à Praça Rui Barbosa. A organização desse evento contou com a participação de senhoras pertencentes às classes dirigentes locais e da Associação Comercial e Industrial de Uberaba.

Em relação a tal temática a imprensa local veiculou uma série de reportagens em apoio à chamada “Marcha com Deus pela Democracia”. No dia seguinte após a realização de tal manifestação o *Lavoura e Comércio* publicou a manchete “Uberaba viveu a maior hora cívica de sua história” (24/04/1964). Apesar da anunciada participação de diversos setores da sociedade uberabense em tal evento, a classe estudantil local, diferentemente de alguns grupos de estudantes presentes em outros municípios, não é citada pelo jornal como um dos grupos que colaborou e participou dessa empreitada.

É necessário lembrar que logo após a deposição de João Goulart, a maior parte da imprensa brasileira demonstrou apoio aos militares pela tomada do poder (BARBOSA, 2007). Assim como ocorreu em grande parcela dos jornais no Triângulo Mineiro.

Nesse cenário de adesão de diversos setores ao golpe civil-militar, os estudantes triangulinos foram observados com maior proximidade pela imprensa escrita. Visto que, considerável parte destes também apoiou a chapa Lott e João Goulart nas últimas eleições a presidência e vice-presidência da República. Logo o movimento estudantil nacional por todo o país foi alvo imediato da repressão instituída pelo novo regime político.

A UESU assim como o movimento discente nacional sofreu as consequências do autoritarismo imposto pelo governo autoritário, como indicava a imprensa local:

A diretoria da UESU, eleita dia 29 de março não poderá tomar posse, conforme apuramos, a 1º de maio, data que já estava marcada, isto porque, alguns elementos de sua composição estão sob acusação de prática de idéias comunistas, contrárias ao regime democrático instaurado graças ao movimento revolucionário de 1º de abril [...] (*Correio de Uberlândia*, 13/04/1964).

Nessa ocasião, a chapa vencedora das eleições para o ano de 1964 em votação legal foi impedida de tomar posse, seus integrantes foram acusados de comunistas e desmoralizados perante a sociedade local, de forma que:

[...] a UESU sofre interferência política, por causa, da liderança considerada subversiva e simpatizante ao comunismo, mas o movimento não precisava ser dizimado, somente substituir seus líderes, por outros, de afinidades políticas com o novo governo (GUEDES, 2003, p.29).

Após os estudantes considerados “subversivos” serem impedidos, outra chapa foi eleita e tomou posse na sede do órgão. Fato que demonstrava o controle das manifestações discentes na região pelas forças políticas conservadoras instituídas, devendo a imprensa colaborar com tal perspectiva que representava os anseios das elites dominantes em esvaziar tal movimento.

Nesse contexto, os nomes dos secundaristas que se apresentavam como candidatos a representação discente, passavam por uma espécie de triagem para que pudessem dirigir as uniões estudantis nessa localidade. Desse modo, esses órgãos tiveram que se adaptar ao novo cenário de perseguição aos estudantes que se engajavam politicamente.

Outro fato que mereceu destaque nesse período era o contato frequente entre as entidades discentes da região, como indicava a coluna “Vida Estudantil”<sup>3</sup>, do *Correio do Triângulo* de 17/05/1964, a qual noticiava a visita do presidente da UEI à sede da UEU:

Dia 1º pp. o presidente da U.E.I partiu para a vizinha cidade de Uberaba, onde foi tratar de assuntos pessoais e dos estudantes desta cidade. Levou uma mensagem de solidariedade e apoio ao marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, entrou em conversações com os atuais diretores da U.E.U e trouxe para nós a honrosa notícia da vitória de um Ituiutabano para a presidência daquela entidade [...] os nomes daquela chapa serão enviados à Belo Horizonte, e lá passarão por um processo de triagem e posteriormente será remetido de volta a Uberaba, não encontrando nenhum elemento comprometedor dar-se-á a posse dos novos dirigentes da União Estudantil Uberabense (*Correio do Triângulo*, 17/05/1964).

Assim como a UESU, a UEI e a UEU também sofreram as imposições e as restrições estabelecidas pelo novo governo opressor, na tentativa de coibir possíveis protestos de secundaristas contra este, como ocorria nas capitais.

Com a repressão instituída, os órgãos estudantis foram orientados a organizarem seus estatutos conforme os interesses das forças direitistas. Mesmo antes da aprovação da Lei Suplicy de Lacerda, a UEI realizou uma “Assembléia Geral Extraordinária” no intuito de elaborar uma nova constituição para o órgão, como demonstrava a nota de convocação abaixo:

UNIÃO ESTUDANTIL DE ITUIUTABA

CONVOCAÇÃO

Assembléia Geral Extraordinária

O presidente da UNIÃO ESTUDANTIL ITUIUTABANA; no ato de suas atribuições, considerando que os Estatutos da U.E.I não se encontram em

---

3 Essa coluna representava um meio do *Correio do Triângulo* divulgar e emitir juízos sobre as ações do movimento estudantil local e nacional, contribuindo para a perseguição aos estudantes que ousassem contestar os interesses do regime político civil-militar.

condições de auxiliar tanto a Diretoria, quanto aos estudantes a ela filiados em suas atividades, e usando das prerrogativas que lhe outorga o artigo 41º do capítulo VIII dos estatutos da entidade, convoca todos os estudantes inscritos e quites, em pleno uso de seus direitos, para a Assembléia Geral Extraordinária, que se realizará dia 24 de outubro do corrente ano, as 13, 30 horas, no Salão Paroquial Pio XII, à Rua 20 entre as avs. 5 e 7, nesta cidade, onde será discutido e submetido a aprovação a nova CONSTITUIÇÃO da União Estudantil Ituiutabana [...] Ituiutaba, 1º de outubro de 1964 [...] Presidente da U.E.I (sic) (*Correio do Triângulo*, 15/10/1964).

A Lei Suplicy de Lacerda previa que as entidades estudantis não apresentassem nenhuma manifestação de ordem política. O governo de Castelo Branco buscava nesse período limitar até mesmo as ações culturais dos secundaristas.

Nos estabelecimentos de ensino de grau médio, somente poderão constituir-se grêmios com finalidades cívicas, sociais e desportivas, cuja atividade restringiria aos limites estabelecidos no regimento escolar devendo sempre ser assistido por um professor (BRASIL, 1964).

Assim estaria estabelecido pela ditadura civil-militar o clima nacional de perseguição aos líderes estudantis por todo o país, de forma que “[...] paralelamente a repressão, os governos militares e os grupos sociais que representavam, empenharam-se numa tarefa obsessiva, visando o controle, a manipulação ou a redefinição do movimento estudantil” (SANFELICE, 1986, p.30).

Nesse cenário, os acadêmicos da Faculdade de Direito de Uberlândia, em abril de 1965, na ocasião da visita do presidente Marechal Castelo Branco ao município, aproveitaram a oportunidade para prestarem “solidariedade” e “apoio” a seu governo, reivindicando junto a este a imediata federalização dessa instituição, assim como divulgou o *Correio de Uberlândia* na nota “Estudantes FDU: estão com Castelo”.

# Estudantes: FDU estão com Castelo

Durante a visita do mal. Castelo Branco a Uberlândia, marcada e confirmada para depois de amanhã, o Diretório Acadêmico 21 de Abril, órgão representativo dos universitários da Faculdade de Direito, entregará ao presidente memorial que, entre outras coisas diz: "Não estamos apenas redigindo uma moção de solidariedade; hipotecamos-lhe um voto sincero de confiança, símbolo do reconhecimento e admiração do corpo discente". A seguir o memorial afirma que "A Faculdade de Direito de Uberlândia, pioneira do ensino universitário na cidade, tendo à sua

frente o ilustre e dinâmico diretor dr. Jacy de Assis, jurista de renome internacional, fundada para defender os ideais universitários e os postulados democráticos, espera de V.S. a imediata federalização, a fim de que, unida ao governo federal, possa continuar a acompanhar as metas governamentais, tão bem traçadas em atendimento às verdadeiras normas sociais — proteção e amparo ao povo brasileiro". O manifesto será assinado pelo universitário Público Chaves, presidente do D.A. 21 de Abril.

Figura 4: Nota veiculando o possível apoio dos estudantes da Faculdade de Direito a Castelo Branco <sup>4</sup>

Fonte: *Correio de Uberlândia*, 02/04/1965.

Percebe-se que o referido jornal enfatizava primeiramente o "apoio" dos representantes do "Diretório Acadêmico 21 de Abril" ao governo federal, no título da matéria, e em segunda instância revelava trechos do memorial produzido pelos discentes em prol da federalização da faculdade. Tal cuidado requerido pelo redator e por esse grupo de estudantes, representava certamente reflexos da repressão vigente nesse período. Assim os jornais se expressavam com maior cautela no intuito de fugirem a censura, até mesmo os que apresentavam perfil mais conservador. <sup>5</sup>

4 "Durante a visita do mal. Castelo Branco a Uberlândia, marcada e confirmada para depois de amanhã, o Diretório Acadêmico 21 de Abril, órgão representativo dos universitários da Faculdade de Direito, entregará ao presidente memorial que, entre outras coisas diz: 'Não estamos apenas redigindo uma moção de solidariedade; hipotecamos-lhes um voto sincero de confiança, símbolo do reconhecimento e confiança do corpo discente'. A seguir o memorial afirma que: 'a Faculdade de Direito de Uberlândia, pioneira do ensino universitário na cidade, tendo a sua frente o ilustre e dinâmico diretor Dr. Jacy de Assis, jurista de renome internacional, fundada para defender os ideais universitários e os postulados democráticos, espera de V. S. a imediata federalização, a fim de que, unida ao governo federal, possa continuar a acompanhar as metas governamentais, tão bem traçadas em atendimento as verdadeiras normas sociais – proteção e amparo ao povo brasileiro'. O manifesto será assinado pelo universitário Público Chaves, presidente do DA 21 de Abril".  
5 Ressalta-se que tal reivindicação não foi atendida pelos militares de imediato, como solicitado, já que, como anteriormente mencionado, a reunião das faculdades isoladas deram origem a Universidade de Uberlândia (UnU) em 1968, e

No ano de 1966, em decorrência da perseguição ao movimento estudantil politizado, circularam boatos de que a UESU poderia ser fechada, devido ao fato de que, o governo federal havia suspenso as atividades da UNE e da UEE de Minas Gerais por seis meses, como discutido anteriormente. Pois os congressos realizados pela UEE de Minas Gerais nos municípios de Uberaba e Uberlândia em 1965 abordaram temas políticos que foram acusados de inspiração comunista pelo Serviço Nacional de Informações do governo (CUNHA, 2007).

Os dirigentes da UESU trataram logo de prestarem esclarecimentos à população por meio da imprensa, assim como abordou a nota “UESU Não foi Fechada: Secundaristas Explicam”:

A União dos Estudantes Secundários de Uberlândia (UESU) em mensagem enviada a este jornal avisa a todos os secundaristas que ao contrário de certos boatos espalhados que diziam que o governo federal teria fechado a UESU, avisamos apenas que ele suspendeu pelo prazo de seis meses de funcionamento a UEE (União Estadual dos Estudantes), órgão que dirige os estudantes universitários de Minas Gerais. Não recebemos nenhum comunicado das autoridades constituídas e achamos que não iremos receber, pois a UESU só cuida do bem estar do estudante, sendo que seu Estatuto a proíbe de se manifestar de qualquer espécie sobre a política nacional ou internacional. O comunicado da UESU desfaz dessa maneira, mal entendidos que afirmavam o seu fechamento e traz a assinatura do jovem estudante Reinaldo da Silva Gomes. Secretário – geral (*sic*) (*Correio de Uberlândia*, 08/07/1966).

Desse modo, os secundaristas uberlandenses demonstraram o temor quanto à repressão instituída, justificando a adequação a Lei Suplicy, no que se refere à negação do caráter político da entidade nesse período. Fato que indicava a existência da perseguição ao movimento estudantil secundarista na região, de modo que os estudantes se viam no dever de prestarem esclarecimentos à sociedade, utilizando para isso, o veículo privilegiado da imprensa.

Por outro lado, é possível observar que o ativismo político dos jovens atingiu um nível relevante nos anos de 1950 e 1960, de forma que os destinos desses órgãos passaram a ser controlados com maior proximidade. Logo era importante desmentir boatos relacionados a esses organismos e aos eventos discentes locais.

Em setembro de 1966 a tensão entre o movimento estudantil e o governo se intensificou. “A partir da repressão a uma pequena passeata estudantil em Belo Horizonte, cresceu como uma bola de neve um ciclo de protestos contra a violência policial, que provocaram novos atos repressivos gerando outras passeatas contra a repressão” (MARTINS FILHO, 1998, p.17).

Nesse cenário a imprensa por todo o país concedeu destaque a agitação estudantil, já que, ainda de acordo com Martins Filho (1998), pela primeira vez o governo militar não hesitara em reprimir severamente as manifestações dos jovens pertencentes à classe média.<sup>6</sup>

---

esta só se transformou em Universidade Federal de Uberlândia (UFU) no ano de 1978.

6 Poerner (1995, p. 204) afirma que: “O pensamento da ditadura quanto à universidade e aos estudantes se resumia

A repercussão de tais acontecimentos também se tornou evidente nos protestos do Diretório Central dos Estudantes de Uberaba que considerava a imprensa veículo privilegiado para a divulgação do posicionamento dos representantes discentes sobre a situação de repressão vivenciada pelo movimento estudantil em todo o país.

À pedido

#### **Diretório Central dos Estudantes de Uberaba**

Aos estudantes e ao povo

O Diretório Central dos Estudantes juntamente com os demais Centros Acadêmicos de Uberaba, vem mais uma vez denunciar as violências que o atual governo impôs a classe estudantil. Os múltiplos espancamentos em Minas, São Paulo e Guanabara degeneram-se contra mulheres e crianças e contra a própria imprensa, que de há muito já vem sendo coagida. Diante de tais fatos, trazemos o nosso mais veemente protesto e conclamamos aos estudantes uberabenses a se manterem alertas, para qualquer tomada de posição que as circunstâncias nos obrigarem. Uberaba, 16 de setembro de 1966 [...] (*sic*) (*Correio Católico*, 17/09/1966).

A divulgação de tal manifesto do movimento estudantil universitário em Uberaba, publicado em pequena nota no interior do jornal, demonstrava o engajamento desses jovens em denunciar à sociedade local, os atos de violência do governo opressor praticados contra os estudantes e a população em geral em todo o país.

Nesse contexto, torna-se importante considerar o fato de que, em dois anos de governo militar este dava sinais de que não faria novas eleições, de modo que a ditadura começaria a perder apoio de parte da sociedade civil.<sup>7</sup>

Em seguida, os universitários uberabenses alinhados aos interesses defendidos pela UNE nesse momento, promoveram uma assembleia geral entre todos os Centros Acadêmicos para discutirem a melhor forma de protesto contra as atrocidades vivenciadas em âmbito nacional. Esses acontecimentos eram sempre divulgados pelo *Correio Católico*, como revelava a nota “Estudantes decidem hoje: greve ou passeata de protesto” (19/09/1966).

Logo o Diretório Central dos Estudantes de Uberaba, com o apoio dos Centros Acadêmicos, optou pela realização de greve geral dos estudantes por quarenta e oito horas em sinal de protesto contra a violência sofrida pelos estudantes em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre. Assim como apontavam os comunicados publicados de forma discreta nos dois jornais do município: “Aos Estudantes da Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro” (*Correio Católico*, 20/09/1966); e “Diretório Central dos Estudantes de Uberaba – esclarecimentos” (*Lavoura e Comércio*, 21/09/1966).

---

numa 'solução': o 'tratamento de choque' [...] para 'acabar com a subversão'. Tratava-se [...] de expulsar o demônio da rebelião patriótica daqueles corpos jovens, substituindo-o pelo anjo da subordinação aos interesses antinacionais. Para que esse objetivo [...] fosse alcançado [...] valia tudo: suspender, expulsar, prender e torturar estudantes; demitir professores; invadir faculdades; intervir, policialmente, nas entidades estudantis; proibir qualquer tipo de reunião ou assembleia estudantil; acabar com a participação discente nos órgãos colegiados da administração universitária; decretar a ilegalidade da UNE, das nações dos estudantes nos Estados e dos diretórios acadêmicos; destruir a Universidade de Brasília; deter, enfim, o processo de renovação do movimento estudantil e da universidade em nosso país [...]

<sup>7</sup> Após ser decretado o Ato Institucional número 2 (AI-2), em 1965, o qual suprimia os partidos populistas e determinava que as eleições presidenciais fossem indiretas, a resistência se ateve no Brasil, também mediante as denúncias de tortura e o caminho que o regime militar passou a adotar (FICO, 2004).

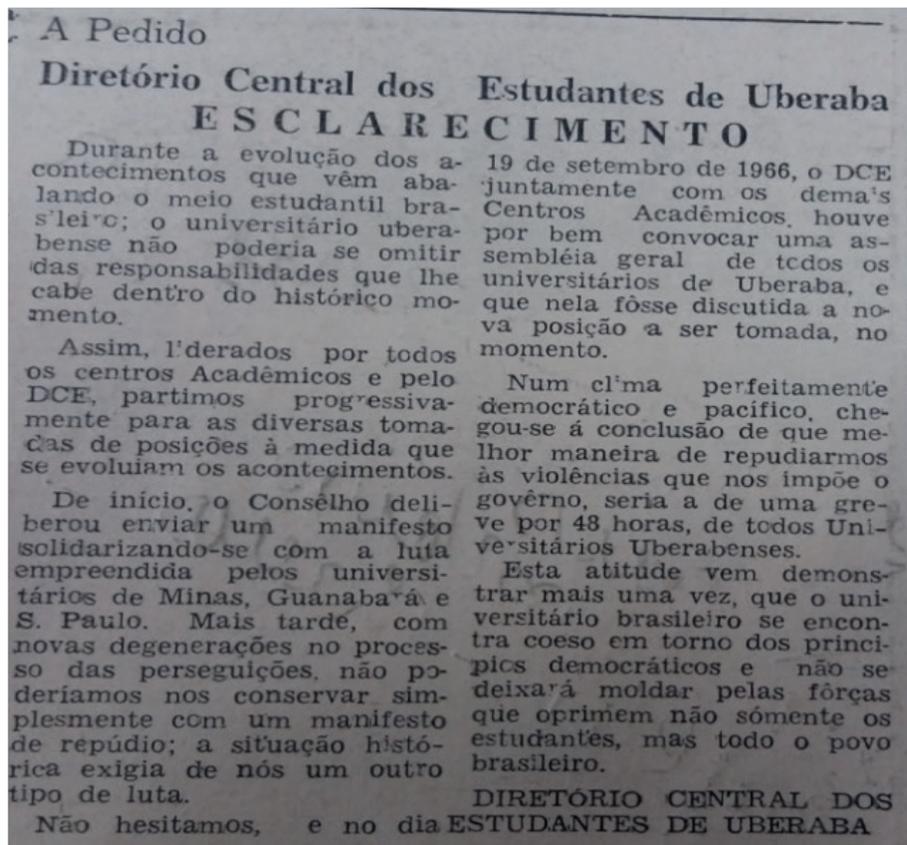


Figura 5: Nota com esclarecimento do DCE de Uberaba a população local <sup>8</sup>

Fonte: *Lavoura e Comércio*, 21/09/1966.

É necessário destacar que a greve dos universitários no Triângulo Mineiro se deu como reflexo de um processo de discussão em nível nacional das decisões estabelecidas pela UNE no dia 18 de setembro de 1966, a qual decretava greve geral dos acadêmicos por todo o país em decorrência dos sucessivos ataques do governo ao movimento estudantil contestatório. Por meio do esclarecimento dos discentes uberabenses à população local,

<sup>8</sup> "Durante a evolução dos acontecimentos que vêm abalando o meio estudantil brasileiro: o universitário uberabense não poderia se omitir das responsabilidades que lhe cabe dentro do histórico momento. Assim liderados por todos os centros Acadêmicos e pelo DCE, partimos progressivamente para as diversas tomadas de posições a medida que se evoluíam os acontecimentos. De início, o Conselho deliberou enviar um manifesto solidarizando-se com a luta empreendida com os universitários de Minas, Guanabara e S. Paulo. Mais tarde com novas degenerações no processo das perseguições, não poderíamos nos conversar simplesmente com um manifesto de repúdio; a situação histórica exigia de nós um outro tipo de luta. Não hesitamos, e no dia 19 de setembro de 1966, o DCE juntamente com os demais Centros Acadêmicos, houve por bem convocar uma assembléia geral de todos os universitários de Uberaba, e que nela fosse discutida a nova posição a ser tomada, no momento. Num clima perfeitamente democrático e pacífico, chegou-se a conclusão de que a melhor maneira de repudiar os atos de violência que nos impõe o governo, seria a de uma greve por 48 horas, de todos Universitários Uberabenses. Esta atitude vem demonstrar mais uma vez, que o universitário brasileiro se encontra coeso em torno dos princípios democráticos e não se deixará moldar pelas forças que oprimem não somente os estudantes, mas todo o povo brasileiro. DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DE UBERABA" (*sic*) (*Lavoura e Comércio*, 21/09/1966).

foi possível evidenciar o contato com o movimento estudantil nacional nesse momento de fortes tensões.

Ressalta-se novamente o fato de que, os manifestos e os esclarecimentos dos estudantes a população local nunca apareciam nas primeiras páginas dos jornais, sendo veiculados em pequeníssimas notas nas últimas folhas, certamente em decorrência do cenário de censura e repressão vivenciado na época.

Nesse sentido, buscou-se atentar para a materialidade do conteúdo impresso. Conforme Chartier (1991), a forma com que o texto chega a seu leitor determina as intenções do autor e a imposição da oficina. Desse modo, pode-se observar que as matérias consideradas mais “delicadas” de se tratar em relação ao contexto político, apresentavam intencionalmente uma localização que dificultavam a sua leitura.

Outro fator que mereceu destaque foi a ausência de fotografias de estudantes em seus protestos, campanhas e manifestações políticas. Ocorrência esta que indicava o intuito de proteger a imagem do jovem estudante da região, afastando-o de manifestações polêmicas.

Em relação a tais protestos por parte do movimento estudantil, o jornal *Lavoura e Comércio* pronunciou a defesa de Marechal Humberto Castelo Branco por meio da manchete “Retornam às aulas os universitários de Uberaba” (*Lavoura e Comércio*, 22/09/1966):

[...] O chefe do governo mal. Humberto Castelo Branco, recomendou as autoridades interessadas e principalmente aos governadores de Estado, para que sejam redobrados os esforços no sentido de que seja moderado o processo de repressão aos estudantes, em manifestações. Afirma o Chefe da nação que essa repressão deveria ser tão branda quanto possível, e deveria servir apenas para a manutenção da ordem [...]

O posicionamento do referido jornal ao publicar o discurso do então presidente, indicava a intenção deste de não se comprometer em publicações contrárias aos propósitos do governo. Além disso, apresentava uma mensagem que tentava amenizar o caos vivenciado, abrandando a violência imposta aos estudantes e considerando estes como desordeiros.

De acordo com Poerner (1995) o clímax da rebelião estudantil foi atingido no dia 22 de setembro de 1966, definido como Dia Nacional de Luta contra a Ditadura. Este foi marcado pela ocorrência de passeatas movimentadas pelo tema “Povo organizado derruba a ditadura”. O governo reagiu imediatamente às manifestações estudantis e na madrugada do dia 23 ocorreu o famoso “Massacre da Praia Vermelha”, quando centenas de policiais invadiram a Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), *Campus Praia Vermelha*, e agrediu violentamente cerca de seiscentos estudantes.

Em Uberlândia os universitários publicaram seu protesto na *Tribuna de Minas* e também decretaram greve geral em solidariedade as agressões sofridas pelo movimento estudantil em nível nacional, por meio da manchete “Universitários Uberlandenses em Greve”:

[...] o Manifesto dirigido aos universitários e ao povo em geral considera os seguintes itens: 'Considerando que 1) - os nossos colegas vêm sofrendo injusta opressão em vários estados do Brasil. 2) - Não poderemos ficar insensíveis a luta empreendida pelos nossos colegas em defesa de nossos inalienáveis direitos. 3) - Os universitários de Uberlândia sempre se pautaram pela moderação em todos os movimentos estudantis. 4) - Este manifesto se dirige aos verdadeiros estudantes e não àqueles que se aproveitam da atual situação, para agitar a nação. 5) - Continuaremos em constante vigilância pela autonomia de nossa classe e na suprema luta pelas causas e interesses dos nossos colegas universitários. RESOLVEMOS: declaramos em greve a partir de hoje até o dia 26 (inclusive) do corrente mês em solidariedade aos nossos colegas de todo o Brasil' (sic) (*Tribuna de Minas*, 25/09/1966).

Desse modo, percebe-se o comprometimento dos universitários uberlandenses com a defesa dos interesses defendidos pelos estudantes em todo o país. Por outro lado, defendiam a moderação dentro do movimento estudantil, denunciando o excesso de agitação provocado por “falsos estudantes”. Além disso, nota-se que quando a violência atingiu os jovens de classe média e alta, tais impressos passaram a dar maiores destaques a essas ocorrências.

Abaixo do protesto estudantil, o jornal *Tribuna de Minas* publicava, assim como fez o *Lavoura e Comércio*, o discurso de Castelo Branco em relação aos últimos acontecimentos ocorridos por todo o país, bem como a defesa dos estudantes uberlandenses, observa-se:

**Castelo pede calma.** O presidente Castelo Branco em pronunciamento anterior pediu as autoridades que fôsem mais complacentes com os estudantes, sem deixar, no entanto que efetivassem abusos [...] Os estudantes uberlandenses parecem querer manter um clima de paz, como sempre ocorreu em suas participações (sic) (*Tribuna de Minas*, 25/09/1966).

De modo geral nota-se que a imprensa, ao publicar as greves estudantis na região, toma o cuidado de desresponsabilizar o chefe do governo federal em relação ao extremo ataque contra o movimento estudantil nas capitais. Além disso, procurava afastar os estudantes locais do cenário de violenta repressão nacional.

É importante sublinhar que a mobilização do movimento universitário direcionado pela UNE após o golpe civil-militar foi impulsionada por uma série de fatores relacionados à política educacional e econômica implantada por esse governo.

O problema dos excedentes, a falta de verbas, a modernização autoritária do ensino acenado com os acordos MEC-USAID e com outras iniciativas governamentais, o arcaísmo das instituições universitárias anterior a 1964, a crise econômica gerada do arrocho salarial e de estreitamento das oportunidades de trabalho até mesmo para os formados, a chamada 'crise da cultura burguesa', a política repressiva da ditadura contra os estudantes e suas entidades (RIDENTI, 1993, p.125).

Todos esses elementos destacados por Ridenti (1993) contribuíram para criar um grande descontentamento estudantil e para retomar a luta dos universitários por reformas educacionais que possibilitassem a ascensão social via educação. Nesse cenário os

acordos MEC-USAID eram vistos como clara deturpação dos ideais perseguidos por esses estudantes.

A partir de 1966 intensifica-se o domínio norte-americano na educação brasileira por meio dos Acordos MEC-USAID, os quais tinham o intuito de transferir para o Brasil o modelo e os padrões universitários dos Estados Unidos.

Nesse contexto os acadêmicos se mobilizaram contra esses acordos por todo o país, de forma que passaram a acontecer constantes passeatas e manifestações, no intuito de defender as especificidades e os interesses dos universitários brasileiros.<sup>9</sup>

Em Uberaba não foi diferente, o Diretório Central dos Estudantes tratou logo de denunciar e protestar contra a influência do imperialismo norte-americano no ensino superior e em toda a sociedade brasileira por meio do *Correio Católico* em edição de 1 de junho de 1967 no seguinte manifesto, publicado em pequena nota no interior do jornal:

#### **Diretório Central dos Estudantes Uberaba**

Constam dos debates o seguinte:

- 1) O Acôrd com os EEUU, através da USAID mantém com a Universidade de Brasília, lembrando que os norte-americanos controlam toda a Biblioteca e que os livros que dizem algo a respeito da realidade brasileira estão sendo substituídos por livros americanos;
- 2) O repúdio dos estudantes de Brasília ao Acôrd e a lembrança dos espancamentos que sofreram quando protestaram contra a visita do Embaixador Americano à Universidade de Brasília;
- 3) A tentativa do Imperialismo Norte-Americano de implantar, através dos Acôrdos, um nova forma de cultura, foi lembrado que: "A DOMINAÇÃO CULTURAL É A PIOR DAS DOMINAÇÕES QUE UM POVO PODE SOFRER" [...]

Uberaba, 31 de maio de 1967

Gratos com cordiais

SAUDAÇÕES UNIVERSITÁRIAS

A Comissão.

O referido protesto dos universitários de Uberaba apresentava caráter crítico, politizado e contestatório, revelando a articulação de interesses com o movimento estudantil nas capitais de todo o país, em luta contra a dominação norte-americana à educação e à cultura brasileiras. Além disso, demonstrava o repúdio desses discentes contra a violência exercida pelo governo autoritário às manifestações politizadas, especificamente na Universidade de Brasília.<sup>10</sup>

9 "O movimento contra os Acordos MEC-Usaid atingiu o clímax, quando o próprio ministro da educação, Tarso Dutra, embora alegando desconhecer-lhes os textos, se comprometeu a revê-los, 'em todos os pontos considerados inconvenientes aos interesses do Brasil'. Em 26 de abril de 1967, ante a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, perguntado se os tinha lido, ele afirmou: 'Não, não li, mas quando ler, se for nocivo ao interesse nacional, eu modifico' (*Jornal do Brasil*, 30 de abril de 1967 *apud* POERNER, 1995, p. 228).

10 Tal manifesto do DCE também expressava na frase em destaque, relacionada à dominação cultural, o antiamericanismo, que acabou perdendo força com o movimento de contracultura vindo dos Estados Unidos, a partir de 1968. Cenário em que muitos jovens brasileiros viveram o impacto marcado por uma conjuntura de conflitos gerados não apenas nas sociedades periféricas, recebendo influências da juventude norte-americana que protestava contra a guerra do Vietnã e dava lugar a um movimento de resistência pacifista (HOLLANDA; GONÇALVES, 1999).

Nesse sentido, concorda-se com o entendimento de que os jovens se apresentaram à sociedade brasileira em diversos momentos da história até o final da década de 1960, como importantes agentes solidários a práticas de resistência contra a opressão e a projetos unificadores da nacionalidade (CACCIA-BAVA; COSTA, 2004).

A publicação dos manifestos por meio dos jornais possibilita o entendimento de que, a imprensa nesse momento, era encarada pelos estudantes como importante meio de comunicação e veiculação de informações na sociedade. No entanto, reforça-se mais uma vez que, tais temas eram publicados com cautela por esses jornais, sempre ocupando pequenas notas na parte inferior do interior do impresso e nunca nas primeiras páginas.

A questão dos excedentes nas vagas das universidades, assim como em nível nacional, preocupava os acadêmicos da Faculdade de Medicina de Uberaba. Em decorrência dessa, foram organizadas greves pelos discentes entre os anos de 1966 e 1967, exigindo mais verbas e vagas nessa instituição.

A matéria “Greve dos estudantes de Medicina traz a Uberaba o Ministro da Educação” (*Lavoura e Comércio*, 18/08/1966), indicava a vinda do então ministro Raimundo Muniz Aragão a Uberaba em agosto de 1966. Nessa ocasião, o mesmo, segundo a matéria, teria aprovado a destinação da verba de quinhentos milhões de cruzeiros para o próximo ano, que deveria ser paga em várias parcelas, para a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, como resultado das reivindicações realizadas pelo Centro Acadêmico Gaspar Vianna dessa instituição.

No ano de 1967, voltaram a ocorrer várias greves nessa Faculdade de Medicina, em decorrência do não cumprimento do MEC em relação às verbas aprovadas para esse ano e à abertura de vagas para os excedentes. Logo a comissão de universitários foi até Brasília para tratar desses assuntos com o ministro Tarso Dutra e recebeu o apoio da Federação dos Universitários de Brasília (FEUB), de acordo com a matéria “MED greve ainda continua” (*Correio Católico*, 19/04/1967).

Tais acontecimentos indicavam a luta e união dos universitários brasileiros nesse período em busca de melhorias para suas faculdades, já que se vivia um período marcado por crises universitárias. Desse modo se torna necessário destacar que:

Os movimentos estudantis dos anos de 1960, conforme o momento e o local onde se deram foram expressões e modulações diversas dessas crises, por meio de demandas como a politização da vida universitária, propostas de co-gestão e auto-gestão, ‘idéias do poder estudantil’ e práticas da universidade crítica. Passando pela crise da hegemonia da instituição universitária, expressaram o desejo de ampliação do direito a universidade, concomitantemente à denúncia de sua funcionalização, mas passando logo da defesa de sua autonomia diante dos poderes político e econômico para a denúncia de seu falso isolamento, defendendo uma participação social progressista da universidade (GROPPO, 2006, p.32).

Nessa perspectiva compreende-se que o movimento universitário uberabense nos anos de 1960, de acordo com os protestos veiculados pela imprensa escrita, vivenciou a chamada “crise de hegemonia” da universidade, gerando pontos de tensão nas relações com o Estado.

# OS JORNAIS UBERABENSES E O MOVIMENTO DAS FACULDADES LOCAIS PELA CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO E O CENÁRIO DE ACIRRAMENTO DA REPRESSÃO

Em maio de 1967 os universitários uberabenses com o apoio da imprensa local desenvolveram intensa campanha pela criação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro em Uberaba, para que ocorresse a federalização dos cursos superiores existentes no município.

A referida temática se apresentou em destaque na década de 1960, sendo contabilizadas vinte e quatro matérias publicadas nesse período, doze pertencentes ao *Correio Católico* e na mesma proporção, doze provenientes do *Lavoura e Comércio* em prol dessa causa. Fato que indicava o alinhamento de interesses de ambos os periódicos pela criação de uma universidade federal na cidade.

Os Centros Acadêmicos das Faculdades existentes em Uberaba se engajaram ativamente nessa campanha, contando também com o apoio dos políticos locais, como destacava a manchete: “Câmara foi dos estudantes” (*Correio Católico*, 06/05/1967):

De uma sessão ordinária que será realizada, a Câmara Municipal, em razão da visita dos estudantes universitários uberabenses ao Legislativo, acabou realizando sessão especial para ouvir as reivindicações estudantis em favor da federalização das Escolas Superiores uberabenses e criação da Universidade Federal do Triângulo de Uberaba. Para ouvir as reivindicações dos estudantes uberabenses, o Presidente Costa e Silva ouvi-os, em audiência na residência do Prefeito João Guido, por volta das 14 horas do dia 3 [...]

Nessa ocasião, uma comissão de alguns representantes dos Centros Acadêmicos marcou com o então Presidente da República Costa e Silva uma audiência em Brasília para a discussão do projeto de criação da Universidade. Ocorrência que sugeria a articulação dos interesses do movimento estudantil com os grupos em ascensão nessa localidade, pois a concretização dessa Universidade Federal possibilitaria crescimento e desenvolvimento econômico e cultural para o município.

Em poucos dias, a imprensa uberabense publicava as manchetes: “Estudantes em Brasília: Federalização” (*Correio Católico*, 09/05/1967); e “Estudantes lutam pela universidade” (*Lavoura e Comércio*, 09/05/1967), abordando a realização de uma assembleia em Brasília entre os representantes do DCE de Uberaba, um vereador local, deputados federais e o então ministro Tarso Dutra. Nessa ocasião, ocorreria a entrega de um dossiê completo contendo dados geográficos, econômicos, históricos e políticos do Triângulo Mineiro, necessário a constituição do projeto pela Universidade.

Por meio das manchetes acima, percebe-se o destaque para a questão dos estudantes como propulsores do movimento, representados como sujeitos responsáveis

pela transformação social positiva. Ideário bastante comum em circulação na sociedade brasileira principalmente nos anos de 1960, em que os jovens eram considerados como importantes agentes de mudanças (FORACCHI, 1972).

Após a viagem dos representantes do DCE de Uberaba a Brasília, estes trataram logo de organizar assembleias para todos os universitários e a população em geral do município para o esclarecimento das questões que tratavam da luta em prol da fundação da Universidade. Assim como indicou a nota “DCE faz Assembleia hoje: Universidade” (*Correio Católico*, 19/05/1967).

O movimento estudantil uberabense ainda no mês de maio de 1967 decretou greve geral de setenta e duas horas em todos os cursos superiores para que o governo federal agilizasse o processo de federalização das faculdades. Assim como esclareceu o Centro Acadêmico Mario Palmério da Faculdade de Odontologia, o qual agradecia a participação dos discentes e docentes nessa manifestação, através do *Correio Católico* (30/05/1967) na nota “Centro Acadêmico Mario Palmério”:

[...] limita-nos ao referido aproveitando o ensejo para apresentar nossos protestos de uma massa estudantil unida, consciente, politizada e dinâmica, Uberaba aos 29 de maio de 1967, EDUARDO RODRIGUES BONFIM – presidente – ORMINDO MENEGHELLO – Secretario.

Por meio do discurso acima, assinala-se o fato de que nesse cenário, estudantes, professores e políticos locais representavam parte considerável do público leitor desses jornais. Além disso, pode-se perceber a existência de um movimento de intensa politização dos universitários na reivindicação por seus direitos a uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Os acadêmicos empenhados nessa campanha pela Universidade buscaram apoio de toda a sociedade uberabense por meio da imprensa e de visitas a diversos estabelecimentos de ensino do município, inclusive aos grupos escolares, enviando mensagens aos pais dos alunos, solicitando a colaboração destes em prol dessa causa, como abordava a nota: “Federalização: DCE visita grupos” (*Correio Católico*, 01/06/1967).

No dia seguinte os periódicos uberabenses voltaram a agitar seu público leitor por meio das manchetes: “Guido: universidade está para sair” (*Correio Católico*, 02/06/1967), e “Será imediatamente criada a reitoria da Universidade de Uberaba” (*Lavoura e Comércio*, 02/06/1967), as quais retratavam a viagem do prefeito de Uberaba João Guido à Brasília e já afirmavam a concretização da federalização de todo o ensino superior na cidade.

É perceptível certo exagero da imprensa na divulgação de seu noticiário, ao afirmar a imediata criação da universidade pelo poder público federal. Logo se deve considerar o fato de que, a ênfase em torno de tal projeto poderia estar associada também a fins comerciais. Visto que, os jornais sobreviviam de lucros propiciados por seu público leitor e anunciantes, e tal campanha despertava o interesse da população letrada local que conseqüentemente buscaria em suas páginas informações quanto ao desfecho dessa empreitada.

Na manchete “Será criada a Universidade de Uberaba” (*Lavoura e Comércio*, 10/06/1967) foi noticiado o encontro dos representantes dos alunos da Medicina, por meio do CAGV com o diretor da faculdade e Epílogo de Campos, responsável pela fundação da Universidade do Pará, o qual:

[...] Frisou a propósito que a situação do país não permite que seja criado, de imediato, uma universidade absoluta, ou seja constituída somente por faculdades federais. Entretanto, depois de levada a diante a iniciativa a que o governo agora se propõe, terá sido dado o primeiro e decisivo, passo para conseguir a Universidade absoluta [...]

Apesar das declarações de Epílogo de Campos quanto às dificuldades de federalização de todos os cursos superiores naquele momento, todos os envolvidos na campanha demonstraram otimismo em relação à concretização desta.

Após uma semana, a imprensa voltou a publicar a manchete: “Presidente vem assinar universidade” (*Correio Católico*, 28/06/1967), afirmando a possível vinda do então presidente Costa e Silva à Uberaba para assinar a criação da Universidade.

Em setembro do mesmo ano, ocorreu uma grande polêmica envolvendo o nome de Mário Palmério, proprietário da Sociedade de Educação do Triângulo Mineiro, mantenedora das faculdades de Odontologia, Engenharia e Direito de Uberaba. Nessa ocasião, os alunos da Faculdade de Engenharia acusaram este de ser um dos responsáveis pela não concretização da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, como indicava o protesto do “Centro Acadêmico Avelino de Oliveira” abaixo:

Uma das mais antigas aspirações do povo de Uberaba e dos municípios vizinhos é a criação em nossa cidade de uma Universidade. Não é fácil como se sabe a consecução desse objetivo. Mas, nesta cidade, já se esboçaram várias campanhas nêsse sentido. Todas elas, porém encontraram oposição franca ou velada da Sociedade de Educação do Triângulo Mineiro, representada na pessoa do senhor Mário Palmério, que se obstina em criar sérias dificuldades ao atendimento dêsses anseios. Desesperados e inconformados com as atuais condições de ensino na Escola de Engenharia do Triângulo Mineiro, como ainda insatisfeitos com a paralisação (4 anos) em que se encontram as obras de construção do prédio, os alunos resolveram deixar de assistir as aulas e mudaram para o edifício em construção situado nas imediações do aeroporto da cidade. Após marchas e contra-marchas, discussões e reuniões de alunos, a congregação declarou o proprietário da Sociedade de Educação, Sr. Mário Palmério pela edição do *Lavoura e Comércio* do dia 21/9/1967 que estava disposto a devolver o patrimônio recebido do Governo Federal caso este se dispusesse a resolver o problema da Escola. Confiados na palavra do Sr. Mário Palmério, os estudantes da Engenharia filiados ao CAIO, reuniram-se em assembléia e delegaram poderes a uma comissão, constituídas de pessoas íntegras da cidade, com o fim de encontrarem entre o Sr. Mário Palmério e o Ministro da Educação uma solução para o problema criado, aproveitando a decisão daquele senhor de devolver ao governo o patrimônio que havia constituído com as verbas federais anteriormente recebidas [...] (*sic*) (*Correio Católico*, 22/09/1967).

De acordo com essa publicação de estudantes no *Correio Católico*, na década de 1960 a Sociedade de Educação do Triângulo Mineiro recebeu verbas públicas que foram aplicadas indevidamente em obras pertencentes à iniciativa privada.

Foi possível perceber que, durante as décadas de 1950 e 1960 o *Lavoura e Comércio* trabalhou no sentido de promover os ideais políticos e pessoais de Mário Palmério. Na edição desse jornal do dia 21 de setembro de 1967, em entrevista realizada por um jornalista, este apresentava sua defesa em relação às manifestações realizadas pelos estudantes, por meio da nota “A palavra de Mário Palmério sobre as ocorrências na Escola de Engenharia”. Nessa ocasião, este declarou que iria devolver o dinheiro público investido nas obras de construção da “Cidade Universitária”, além de realizar críticas aos alunos do curso de engenharia que estavam participando das manifestações, sendo estes acusados de interromperem as atividades escolares dos demais acadêmicos.<sup>1</sup>

Em contrapartida, os protestos dos alunos da Faculdade de Engenharia eram sempre divulgados pelo *Correio Católico*. Assim durante toda a década de 1960 esses universitários apresentaram uma postura política crítica em relação ao direcionamento dos recursos públicos para a educação.

Esses estudantes também se mobilizaram em prol do prosseguimento das obras de prédio próprio para a Faculdade de Engenharia, nas proximidades do aeroporto Santos Dumont. Sobre tais manifestações o *Correio Católico* apresentou uma série de reportagens, como a manchete “Alunos de Engenharia acampados na escola” (18/09/1967), a qual mencionava a iniciativa desses acadêmicos de acamparem no prédio que estava em construção paralisada; e “Prossegue a campanha dos estudantes”, como é destacado abaixo:

[...] conforme nota distribuída á imprensa, na assembléia ficou finalmente decidido que os alunos da Engenharia se transfeririam imediatamente para o novo prédio, onde já permanecem em vigília. Somente no prédio próprio é que, de acordo com as decisões, os alunos assistirão aulas. A esse respeito o diretório acadêmico já enviou ofício aos professores. Também na assembléia foram criadas várias condições a fim de prosseguir com o movimento que, a essa altura, já está se tornando em âmbito nacional (*sic*) (*Correio Católico*, 20/09/1967).

A pressão exercida por esses representantes discentes para que fosse conquistado prédio próprio para a Faculdade de Engenharia foi tomando vulto na sociedade, ao ponto que esses não escaparam às acusações de subversão política. Fator comum nesse contexto de perseguição ao movimento estudantil nacional. Nesse cenário, o Centro Acadêmico Avelino Inácio de Oliveira, prestou o seguinte esclarecimento às autoridades locais e ao povo de Uberaba:

---

1 Não foram encontradas posteriormente notícias referentes à concretização da devolução dos recursos públicos investidos na Sociedade de Educação do Triângulo Mineiro.

"A PEDIDOS. Centro Acadêmico 'Avelino Inácio de Oliveira' – ESCLARECIMENTO. É muito comum em Uberaba, assim como em todo país, surgirem acusação aos movimentos de justa reivindicação assim como este, que é o da 'OPERAÇÃO PRÉDIO PRÓPRIO'. Acusações que nem de suspeitas podem ser chamadas, pois não se enquadram nos requisitos devidos a essas alegações. Existem alguns elementos nas mentes dos quais divagam fantasmas subversivos, que tentam de qualquer maneira atribuir à nossa campanha o caráter faccioso a esse ou aquele grupo, o que acima de tudo repudiamos. NOSSA CAMPANHA TEM UNICAMENTE OBJETIVO REIVINDICATÓRIO. Não tem ligação com qualquer grupo ou facção política ou ideológica. Mas afirmar é muito fácil. Seria muito fácil chamar os estudantes de Engenharia de corruptos ou subversivos e com isso escandalizar o povo e afastá-lo, mas por medo do que por lógica do nosso movimento. Mas onde a subversão? Onde o cunho político? Onde a corrupção? Tudo isso e contra tudo isso é que somos contra. Não somos corruptos, não fazemos política e nada temos de subversão. Não queiram pretender para os estudantes de Engenharia aquilo de que eles se afastam. Não procurem achar o que não escondemos. Nosso movimento, todos sabem, é de todos que queiram o bem da Escola para o bem do Brasil. Aqui fica o nosso protesto contra aqueles que talvez movidos por interesses desconhecidos nossos, tentam sabotar o nosso Movimento com acusações absurdas e descabidas mediante tôdas a ocorrências, que são públicas, da "OPERAÇÃO PRÉDIO PRÓPRIO". Garibaldi Azevedo Diniz – Presidente" (sic) (*Correio Católico*, 22/09/1967) .

A defesa desses estudantes publicada mais uma vez pelo *Correio Católico* representava a tensão vivida nesse período em relação a qualquer reivindicação proveniente do meio estudantil. Tal grupo teve que apresentar esclarecimentos quanto à "operação prédio próprio", alegando não possuir vínculo com qualquer corrente política ou ideológica que manifestasse atividade subversiva ao poder instituído. Observa-se assim a coligação do movimento universitário local com o *Correio Católico* nesse momento, que se utilizava deste para a realização de variadas reivindicações.

Em outubro do mesmo ano o *Lavoura e Comércio* publicava o artigo "Prossegue ativa a campanha da Faculdade de Engenharia", se posicionando favorável a iniciativa dos jovens estudantes em luta por novas instalações para essa faculdade, considerando-os como o "futuro da nação".

No entanto, não deixava de valorizar em seu discurso o poder do governo então vigente, declarando que: "[...] os acadêmicos têm merecido o apôio e mesmo o trabalho daqueles que representam as nossas forças políticas conservadoras [...]" (sic) (*Lavoura e Comércio*, 17/10/1967). Fato que demonstrava o temor quanto às imposições autoritárias desse regime político opressor. Já que a imprensa brasileira nesse período era fiscalizada e censurada pelo SNI (BARBOSA, 2007).

Na campanha pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro a Faculdade Federal de Medicina do município foi acusada de ser "[...] um grande entrave na Fundação Universitária Federal de Uberaba [...]" (*Lavoura e Comércio*, 11/10/1967) na manchete "Faculdade de Medicina recusa-se a ingressar na Fundação Universitária Federal de

Uberaba”. Tal faculdade havia optado pelo sistema autárquico em detrimento do sistema de fundação.

Após tal acusação, os discentes e docentes do curso de medicina se mobilizaram e publicaram nota prestando esclarecimentos ao povo de Uberaba quanto à decisão de não participarem da Fundação Universitária de Uberaba, optando pelo sistema autárquico dessa faculdade. Segundo estes, o sistema de fundação poderia levar a instituição a perder o direito de ser mantida pelo governo federal, como salientado a seguir:

O Centro Acadêmico ‘Gaspar Vianna’, órgão máximo de representação dos discentes da Faculdade Federal de Medicina do Triângulo Mineiro, vem a público com o objetivo superior de prestar esclarecimento face a posição tomada pelos estudantes de medicina, com relação ao destino de nossa faculdade. De acordo com o artigo 85 da Lei de Diretrizes e Bases, todo estabelecimento federal isolado, de ensino superior, deverá optar por um sistema autárquico ou por um sistema de fundação [...] Face a reforma administrativa brasileira a única maneira de permanecermos como estabelecimento de ensino federal seria a opção para o sistema autárquico [...] (*Lavoura e Comércio*, 18/10/1967).

Nesse cenário era comum dentro do movimento estudantil a divisão de interesses, de forma que cada órgão lutava primeiramente pelas causas específicas do grupo o qual pertencia. Além disso, pode-se destacar a constante preocupação dos acadêmicos com a opinião pública, representando a imprensa escrita veículo privilegiado de comunicação entre diversos setores da população letrada.

De modo geral, observou-se que enquanto os protestos estudantis e os esclarecimentos a população eram sempre publicados em pequenas notas, a campanha pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro ocupava uma posição de destaque nas primeiras páginas dos impressos locais, já que representava interesses bem mais amplos e que extrapolavam os muros escolares.

Diante das dificuldades de concretização da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, cada Centro Acadêmico passou a reivindicar isoladamente o seu direito a uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Logo os representantes discentes da Faculdade de Engenharia buscaram e receberam apoio do Diretório Central da Universidade Federal de Minas Gerais, como sinalizava a matéria “Universidade de Minas Gerais apóia a EETM” (*Lavoura e Comércio*, 20/10/1967) <sup>2</sup>; e empreenderam campanha junto ao governo federal para a federalização dessa instituição, “Alunos da Engenharia pedem intervenção federal” (*Correio Católico*, 27/10/1967):

---

2 “A Escola de Engenharia do Triângulo Mineiro recebeu mensagem de apoio do Diretório Central da Universidade Federal de Minas Gerais na luta em que seus acadêmicos empreenderam em prol de melhores condições materiais e culturais de ensino. Afirma a referida mensagem que a luta dos estudantes de Uberaba se coloca plenamente dentro da linha do movimento estudantil brasileiro, quando pugna pela universidade aberta ao povo, e combate aos privilégios econômicos [...]”. É possível evidenciar, mais uma vez, o alinhamento de ideais de parte do movimento estudantil na região com o movimento estudantil nacional politizado.

COM pedido de intervenção acompanhado de extensa declaração de motivos, inclusive documentos, uma comissão de alunos da Escola de Engenharia do Triângulo Mineiro encontra-se em Belo Horizonte, a fim de entrevistar se com o presidente Costa e Silva. Segundo o comunicado do CAIO à imprensa, outra comissão partiu para Guanabara a fim de manter contatos com o professor Epílogo de Campos e demais autoridades do MEC com a mesma finalidade. Por outro lado, foram enviados ofícios aos ministros Tarso Dutra, da Educação e Rondon Pacheco, Chefe da Casa Civil, além de, também, ao gen. Jaime Portella, Chefe da Casa Militar e Clóvis Salgado, secretário da saúde de Minas Gerais, com a solicitação de intervenção federal da Escola.

Nesse sentido, vislumbra-se a capacidade de mobilização desses universitários na região que se utilizavam ativamente da imprensa para a divulgação de suas reivindicações perante a sociedade, desde que essas não contrariassem os interesses do poder instituído.

Em abril de 1968 foi a vez do Diretório Acadêmico “Odete Camargo” do Instituto Musical de Uberaba publicar manifesto na imprensa sob o título “Federalização do IMU”, solicitando apoio e colaboração da população local e de todas as sociedades de classe em prol da campanha pela federalização do Instituto Musical Uberabense. Abaixo do manifesto, o redator do jornal se pronunciou favorável a tal campanha: “É sempre com satisfação que registramos nestas colunas as iniciativas que visam o progresso de Uberaba [...]” (*Lavoura e Comércio*, 20/04/1968).

Nessa ocasião, os estudantes do Instituto Musical de Uberaba também conseguiram o apoio do Diretório Central dos Estudantes, como destacava o *Correio Católico* (20/04/1968), na nota “IMU recebe adesão e apoio do DCE”. Nesta os representantes dos universitários do município ressaltavam que o sucesso da referida campanha representaria um passo em direção a tão sonhada Universidade Federal do Triângulo Mineiro. No entanto, após a publicação desses manifestos, não foi encontrada mais nenhuma matéria sobre a repercussão de tal campanha empreendida por esse grupo de estudantes.

A luta do movimento estudantil uberabense pela federalização de todos os cursos superiores existentes no município agitou a imprensa durante o ano de 1967, com o total de trinta e nove reportagens publicadas, sendo dezessete pertencentes ao *Correio Católico* e vinte e duas encontradas no *Lavoura e Comércio*. Entretanto, a discussão sobre tal projeto desapareceu das páginas dos jornais no ano de 1969, quando houve o agravamento da repressão instituída aos estudantes e a sociedade civil em geral.

Como já mencionado anteriormente, no ano de 1972 ocorreu à fusão das faculdades isoladas surgindo as Faculdades Integradas de Uberaba (FIUBE). Contudo, esta só foi reconhecida como Universidade de Uberaba, pelo Ministério da Educação em 1988, após a fusão com as Faculdades Integradas Santo Tomás de Aquino (FISTA) em 1981 (FERREIRA; GATTI, 2016).

A Faculdade Federal de Medicina do Triângulo Mineiro (FMTM) só se transformou em Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) no ano de 2005, por meio de decreto do governo federal de Luiz Inácio Lula da Silva.<sup>3</sup>

---

3 Durante o governo Lula (2003-2011) ocorreram maiores investimentos na educação básica e superior, com a criação de várias universidades públicas federais, em diversas regiões do país, facilitando o acesso das camadas populares

Um dos fatos de repercussão nacional que mereceu destaque em parte dos jornais da região, acompanhando o movimento da grande imprensa nacional, foi o assassinato do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto em 1968, que se constituiu em estopim para uma série de manifestações em todo o país.

Tal acontecimento representou o apogeu do movimento estudantil nacional e também em Minas Gerais, já que o jovem estudante brasileiro passou a se engajar como vanguarda da resistência as selvagerias cometidas pelo governo militar.

[...] a movimentação dos secundaristas ampliava-se em todo o estado. No âmbito universitário o movimento era coordenado pela UNE e pela UEE, principalmente em Belo Horizonte, Juiz de Fora e Uberaba, que eram os centros mais populosos e com maior número de estudantes universitários. A União Brasileira dos Estudantes Secundários (Ubess) e a União Municipal de Estudantes Secundários (Umesc) agitava o movimento secundarista que atingia os mais jovens e mais radicais, preparando vários deles para a atuação no movimento universitário. Morto com 18 anos, Edson Luís tornava-se símbolo da necessidade de retomar o esforço de protesto. A expressão desse sentimento está nos dizeres: 'Nesse luto começou a luta' (VIEIRA, 1998, p.86).

As manifestações em repúdio ao assassinato desse estudante repercutiram rapidamente, causando comoção e revolta por parte de secundaristas e também universitários presentes no Triângulo Mineiro. Salienta-se abaixo o manifesto da diretoria da UEU:

Nesta data, triste e também marcante, em que um colega que, fazia uso de seus direitos foi barbaramente assassinado. A União Estudantil Uberabense convoca o estudantado de Uberaba, para que, em uníssono, cantemos o nosso sentimento, erguendo nossas vozes em sinal de protesto pelo triste acontecimento que enlutou uma classe que vive em busca de melhores dias para esse Brasil indeciso. O sangue do colega assassinado era a bandeira para uma luta onde não usaremos armas, mas o saber e a liberdade que norteia a nossa gente. Juntos marcharemos para a concretização de um ideal, que se implantou no seio ao povo brasileiro, que sofre e clama por um país livre e independente. Havemos de comandar essa terra que nos viu nascer. Substituiremos as espadas pelas canetas, que resumirão tudo os mapas estratégicos por linhas arquitetônicas, máquinas para a nossa gente, ao invés de metralhadoras que vomitam a morte. Um dia seremos velhos também, mas nossos corações continuarão sempre jovens. Edson Luiz de Lima Souto provinha de paragens distantes, sentia que a Guanabara o chamava. Foi entretanto, buscar a morte, ao contrário do que era seu propósito. Ele reivindicava o restaurante prometido, onde puder-se alimentar-se favoravelmente. Mãos inimigas trucidaram-no, covardemente. Não saciou a fome onde desejava, morreu, no entanto com o ideal, convicto, que a democracia ainda existia. Não pensem os assassinos que um novo túmulo servirá para calar-nos, jamais seremos humilhados diante de uma polícia tão expúria, tão degradante que fez com que o brasileiro como os outros demais povos ainda tenham que se verem subjulgados, por ideias arcaicas e de sentido colonialista. É este o protesto da União Estudantil Uberabense,

invocando os nossos administradores para que se voltem a realidade nacional e sintam que também são pais e que a sua existência também é precíval, os seus filhos mais tarde, serão grandes e sofrerão as conseqüências de seus atos, talvez impensados, para com aqueles que buscam um Brasil melhor. A UEU decretou luto oficial, a partir de 30-03-68 a 03-04-68. A DIRETORIA (*Lavoura e Comércio*, 01/04/1968).

O manifesto acima produzido pelos próprios discentes indicava uma representação de um movimento estudantil local com posicionamento político crítico frente à situação antidemocrática existente no período. Além disso, esses jovens defendiam a luta pacífica e a crença no poder da educação e de transformação da sociedade por meio da juventude, no intuito de comover e alertar a população local e os administradores públicos em relação às atrocidades cometidas contra os jovens que poderiam ser até mesmo os filhos destes.<sup>4</sup>

Em Uberlândia os secundaristas e universitários não se calaram diante de tal acontecimento e também realizaram manifestação em protesto contra a violência imposta aos estudantes. Observa-se o pronunciamento do *Correio de Uberlândia* na matéria “Passeata foi de protesto e demonstrou civismo – DCE”:

O bárbaro assassinato de um estudante no Rio de Janeiro, que desencadeou uma onda de violência e desmandos policiais em todo o Brasil com prisão de jovens estudantes e também infiltração de elementos estranhos à classe nos protestos. Até mesmo ousamos dizer que as violências partiram justamente da atuação dos agitadores que perturbaram o protesto dos estudantes, distorcendo o sentido de um movimento puramente pacífico. EM UBERLÂNDIA. Programada para a noite de quarta-feira, houve a passeata silenciosa dos estudantes universitários e secundaristas. Antes da partida dos manifestantes, que apenas ostentaram uma faixa, falou o presidente do Diretório Central dos Estudantes, sr. Luiz Miziára que exortou os colegas à ordem e à disciplina. Foi totalmente atendido, pois os jovens uberlandenses deram uma demonstração de seu civismo, de sua educação, da sua organização. Transportando as bandeiras do Brasil e da UESU, levaram um caixão, simbolizando a morte do jovem trucidado no Rio. Também uma bandeira negra de luto. E mais: ao partir da praça da Prefeitura cantaram o hino nacional. Após percorrer as avenidas Afonso Pena e Floriano Peixoto, voltaram ao mesmo local, entoando a seguir o hino. Depois dispersaram-se em perfeita ordem (*Correio de Uberlândia*, 05/04/1968).

Percebe-se que o referido jornal ao mencionar o “bárbaro assassinato” de um estudante no Rio de Janeiro atribuiu a violência policial à ação de elementos estranhos a classe estudantil na ocasião do manifesto, não relacionando a realidade de repressão e agressão imposta pelo governo autoritário à sociedade civil, pois se vivia em tempo de censura aos meios de comunicação.

Torna-se importante destacar o contexto da imprensa nacional, com a intensificação do recrudescimento da ação repressiva do governo sobre esta, após o episódio da morte

4 “[...] a morte do jovem Edson Luís constituiu um marco na história brasileira contemporânea, pois o impacto do acontecimento despertou forças de oposição e protestos que até então pareciam adormecidas. Pessoas e setores que se mantinham apáticos de súbito se mobilizaram num esforço coletivo que, em última instância, visava – embora de maneira às vezes inconsciente – a deter um processo de violência que se chocava com o humanismo inerente ao povo brasileiro” (POERNER, 1995, p. 289).

do estudante Edson Luís. Nessa ocasião repórteres e fotógrafos que tentavam relatar o acontecimento foram ameaçados e agredidos por policiais (BARBOSA, 2007). Tal ocorrência demonstrava o anseio do governo em ocultar a violência imposta aos jovens que reivindicavam seus direitos.

Por outro lado, o *Correio de Uberlândia* classificou como “pacífica” a manifestação que resultou na morte do secundarista, desresponsabilizando os estudantes pelo trágico acontecimento. Do mesmo modo, se preocupava em salientar a passividade do movimento em Uberlândia, elogiando os estudantes locais pela demonstração de “ordem” e “civismo”. Tal forma de abordagem pode ser explicada como tentativa de afastar o movimento estudantil local da repressão instituída pela ditadura militar.

Em maio de 1968 o *Correio Católico* demonstrava apoio à antiga reivindicação dos representantes da UEU junto ao prefeito do município para a conquista de espaço necessário a construção de um restaurante estudantil, na parte térrea onde funcionava a sede dessa entidade.

Nessa ocasião o mesmo jornal registrou a ocorrência de diversas reuniões entre os dirigentes da entidade e políticos locais, que não demonstraram compromisso com tal empreendimento. Assim como indicava a última reportagem sobre o assunto “Estudantes ontem com o prefeito: restaurante”, a qual afirmava que: “[...] as possibilidades são bastante remotas para a construção de um restaurante estudantil naquele local” (*Correio Católico*, 29/05/1968). Após a publicação de tal reportagem, não foi encontrada nos jornais locais nenhuma referência sobre a concretização desse restaurante estudantil.

Na microrregião do Pontal do Triângulo Mineiro, representada por Ituiutaba, seu município polo, o movimento estudantil também foi alvo da repressão instituída. Em maio de 1968 o jornal *Município de Ituiutaba*, órgão oficial local, apontava a desvinculação dos alunos do Colégio São José, Escola Normal Santa Teresa e Instituto Marden da UEI, ou seja, três dos quatros estabelecimentos de ensino secundário existentes nesse contexto (FRANCO, 2014).

Tal fato indicava o enfraquecimento do movimento discente tijucano, bem como o intuito da imprensa em afastar os estudantes do cenário nacional de perseguição do governo a militância estudantil.

Durante o ano de 1968 foi ocorrendo o acirramento das medidas opressoras contra a sociedade civil de modo geral, com reflexos na região. Nesse cenário os jornais de Ituiutaba que sobreviveram ao golpe civil-militar, passaram a exercer um posicionamento político direitista conservador favorável aos interesses dominantes. Desse modo, acusava os representantes da UEI de subversão, como revelava o artigo “Subversivos na UEI”:

A ação dos elementos subversivos (dois ou três) que ocupam cargos na diretoria da UEI, está provocando grande contrariedade no meio estudantil. Os estudantes esclarecidos estão reagindo e vão realizar assembléia com o objetivo de afastar aqueles moços que pugnam pela sovietação do Brasil. Vejam o que aconteceu com o povo checo. Só porque aspirou a um socialismo

democrático, sem censura de imprensa e rádio e melhores relações com outros povos, teve seu país invadido pelo exército russo e está sob o jugo tirânico da superpotência dos Urais. Cuidado, ituiutabanos. Fora com os inimigos da democracia, da liberdade, dos princípios cristãos de nossa gente! Fora com os vendilhões de nossa Pátria! (*Cidade de Ituiutaba*, 21/09/1968).

Assim pode-se verificar que o referido editorial buscava dividir o movimento discente local ao desqualificar sua diretoria, com o objetivo de apoiar setores alinhados aos interesses do jornal.

Logo é perceptível a circulação na região de uma ideologia legitimadora do governo militar associada aos ditos “princípios cristãos”. Nesse sentido, o periódico *Cidade de Ituiutaba* buscava mobilizar a opinião pública contra qualquer manifestação que apresentasse caráter supostamente “subversivo” ao sistema capitalista de mercado associado dependente. Já que o temido regime comunista nessa visão, seria responsável por grandes “males” na sociedade.

Entretanto, o fato desse pequeno grupo de estudantes ser acusado de subversão, não revelava que estes defendessem o comunismo, mas demonstrava indícios de que tal agremiação de alguma forma não era favorável ao governo autoritário.

É importante destacar que o golpe civil-militar em Ituiutaba contou, assim como em nível nacional, com o apoio de parte das elites dirigentes, que durante a década de 1960 passou a denunciar qualquer atividade suspeita de subversão, assim como constatou Ferreira (2017, p. 153):

[...] foi efetiva a participação civil no Golpe local, mas também teve o apoio de parcela da sociedade tujucana, formada por alas conservadores locais, como católicos, donos de indústrias, proprietários rurais e a elite econômica urbana, que antes mesmo da chegada da tal junta militar já iniciaram a perseguição contra aqueles que eram opositores ao Golpe de Estado e considerados de esquerda. Dessa maneira, civis denunciaram outros civis, alcunhando-os com o adjetivo de “subversivo”, ou seja, de que esses visavam à mudança e à transformação da ordem estabelecida na sociedade.

Nesse contexto, o movimento estudantil local passou a ser observado e criticado com maior ênfase pela imprensa escrita, certamente em decorrência da posição esquerdista da UNE e de sua oposição ao governo civil-militar.

Ressalta-se que na imprensa de Ituiutaba não foram publicados protestos de estudantes que demonstrassem apoio ou solidariedade ao movimento estudantil nacional nesse momento, assim como foi evidenciado nos demais municípios investigados.

Constata-se de modo geral que considerável parte dos universitários e secundaristas na região, principalmente no município de Uberaba, um dos principais centros estudantis do estado, buscou se posicionar por meio dos jornais locais, principalmente por meio do *Correio Católico*, em relação ao contexto vivenciado pelo regime militar.

No entanto, com o recrudescimento da repressão instituída contra o movimento estudantil em nível nacional a partir da decretação do AI-5 em dezembro de 1968, evidencia-

se que as representações de imprensa relacionadas às atividades dos secundaristas triangulinos no ano de 1969 passaram a direcionar o estudante para as causas esportivas e assistencialistas, assim como será abordado no próximo capítulo. Logo merece destaque a matéria “Atividades dos estudantes secundários” (*Tribuna de Minas*, 17/08/1969), a qual divulgava a organização da UESU de aulas de reforço gratuitas aos discentes e a realização da X Olimpíada Estudantil em Uberlândia.

Nesse cenário o movimento estudantil secundarista e universitário tanto regional quanto nacional perdeu lideranças e entrou no ostracismo, ocasionado a sua desarticulação. Já que as entidades discentes em todos os níveis passaram a enfrentar sérias dificuldades para se organizarem em decorrência da intensificação do autoritarismo imposto a toda sociedade civil. Logo ocorreu o esvaziamento do movimento estudantil, pois a repressão conseguiu expulsar grande parte dos jovens militantes desse cenário de luta.<sup>5</sup>

---

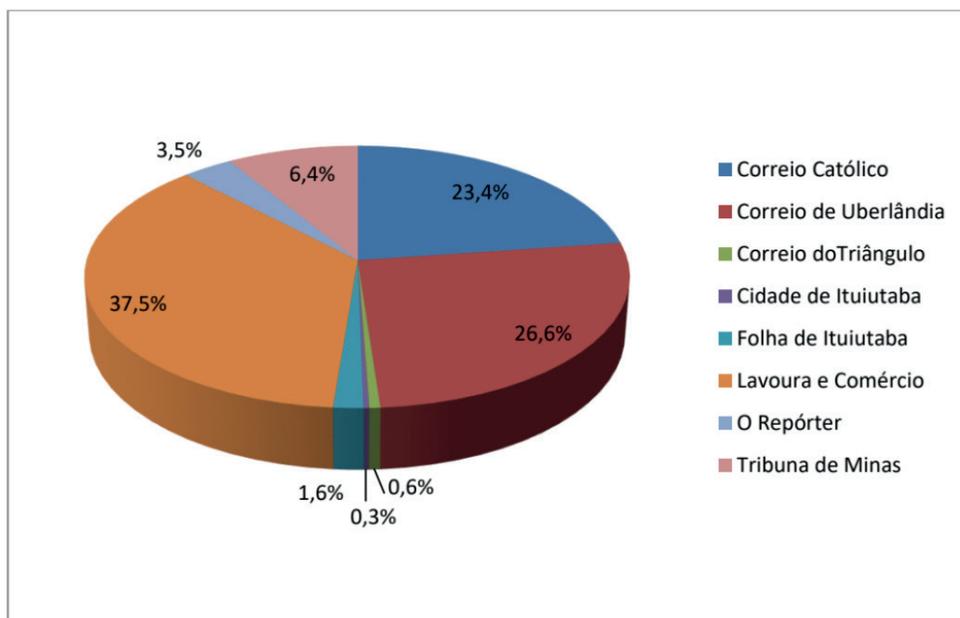
5 No que se refere às reformas educacionais empreendidas nesse período, salienta-se que essas contribuíram para diminuir o senso crítico e a participação política dos estudantes, como a Lei nº 5.692/71, que inseriu disciplinas sobre civismo nas escolas, importante meio de instituir a ideologia da ditadura.

## O MOVIMENTO ESTUDANTIL NACIONAL E A "SUBVERSÃO" NOTICIADA

Desde o início da década de 1950, foi possível perceber em grande parte da imprensa triangulina a circulação de um discurso anticomunista que ocasionava a depreciação das manifestações políticas de esquerda e do movimento estudantil que apresentasse ideários contestatórios.

Foram catalogadas trezentas e doze matérias diversas relacionadas aos estudantes nas capitais e as manifestações discentes nacionais e mundiais nas décadas de 1950 e 1960. Tais escritos abordavam: a organização de eventos; participação em congressos, excursões e palestras; conflitos com o governo; posicionamento dos militares em relação ao movimento estudantil; violência sofrida pela repressão, dentre outros assuntos. Segue abaixo o gráfico com os percentuais de publicação de cada periódico referente ao total do conteúdo encontrado:

Gráfico 1 – Percentual de matérias referentes ao Movimento estudantil no Brasil e no mundo na imprensa de Ituiutaba, Uberaba e Uberlândia (1950-1969)



Fonte: Dados da Pesquisa, 2017 <sup>1</sup>

Por meio do gráfico acima, observou-se o destaque para a imprensa de Uberaba, através dos jornais *Lavoura e Comércio* com 37,5% e *Correio Católico* com 23,4%, somando

<sup>1</sup> Não foi encontrado nenhum conteúdo referente a tal temática no jornal de Ituiutaba *Correio do Pontal*.

60,9 % de todo o conteúdo encontrado referente o movimento estudantil nas capitais. Em seguida, aparece a imprensa uberlandense, representada pelo *Correio de Uberlândia* com 26,6%, o *Tribuna de Minas* com 6,4% e *O Repórter* com 3,6%, totalizando 36,6%. Já o município de Ituiutaba apresentou somente 2,5% do total das publicações encontradas.

Tal ocorrência possivelmente esteve relacionada ao desenvolvimento do ensino superior e do movimento estudantil universitário em cada cidade, como já discutido anteriormente no tópico “breve contexto histórico educacional da região”. Visto que, Uberaba se constituía como um dos centros do movimento universitário em Minas Gerais, em seguida tem destaque Uberlândia que a partir do final da década de 1950 também presenciava a chegada do ensino superior, e por último Ituiutaba, representante da microrregião do Pontal Mineiro, que nesse momento ainda não contava com o ensino superior e movimento estudantil universitário.

Desse total, aproximadamente 33%, ou seja, cento e dois textos realizavam a depreciação das ações organizadas pela UNE, com especial destaque para: *Lavoura e Comércio* com a publicação de cinquenta e duas matérias; *Correio de Uberlândia* com vinte e duas; e o *Tribuna de Minas* com dezenove.

Nesse cenário, mesmo antes da implantação da ditadura civil-militar no país o controle em relação às atividades discentes já era existente em todo o Brasil e publicado nas páginas dos jornais locais. Assim como abordavam os artigos: “Estudantes comunistas em Niterói, realizaram o enterro da ONU” (*Lavoura e Comércio*, 14/12/1950); e “Contra manobras comunistas” (*Correio de Uberlândia*, 17/04/1951), o qual declarava que:

O departamento de ordem política e social de São Paulo distribuiu comunicado alertando a juventude paulista, principalmente das escolas secundárias e associações esportivas, ‘contra-manobras comunistas, que sob disfarces diversos, vem procurando infiltrar-se nessas camadas através de competições esportivas e reuniões dançantes ou culturais’ (*Correio de Uberlândia*, 17/04/1951).

O temor quanto à difusão do comunismo entre os estudantes pelos setores capitalistas que detinham o poder, era recorrente até mesmo nas atividades esportivas e culturais empreendidas pela juventude, desde o início dos anos de 1950 até o final da década de 1960. Assim como pode ser evidenciado nos artigos “Repudiado no Rio de Janeiro o ‘Festival da Juventude’-como manobra comunista” (*Correio de Uberlândia*, 15/05/1951); e “O comunismo no Congresso dos Estudantes” (*Correio de Uberlândia*, 16/09/1952)<sup>2</sup>.

O empenho de parcela da imprensa da região em divulgar as acusações ao movimento estudantil nas capitais, de práticas possivelmente ligadas ao comunismo, certamente estaria associado aos interesses políticos defendidos pelos grupos hegemônicos que representavam tais jornais.

<sup>2</sup> “Belo Horizonte, 26 – De acordo com o que informa um diário desta capital, dos cento e oitenta participantes do quinto Congresso Nacional dos Estudantes que aqui se realiza nada menos de sessenta são comunistas, inclusive os simpatizantes. Revela ainda o mesmo jornal, que a delegação de São Paulo foi convidada quando o presidente da mesa os acusava de comunistas e de perturbarem ostensivamente os trabalhos. Assim, o congresso esteve na eminência de se converter em sério conflito diante da exaltação dos ânimos. Ao que se divulga os elementos apontados como comunistas ou pelos comunistas são predominantes na representação paulista” (*Correio de Uberlândia*, 16/09/1952).

É necessário destacar que, de acordo com Poerner (1995), no período que varia de 1950 a 1956 a direção da UNE ficou sob o domínio de grupos direitistas, ligados a UDN. Tal partido também representava os ideais políticos do *Correio de Uberlândia*, que nesse momento demonstrava interesse pelas manifestações estudantis por todo o país, na tentativa de denunciar qualquer mobilização de caráter supostamente comunista.

A partir do ano de 1956, a UNE perdeu o domínio udenista e recuperou o perfil político com viés de esquerda. Logo a efervescência do movimento estudantil nacional, principalmente representado por essa entidade, símbolo maior de organização dos jovens estudantes, foi constantemente debatida pelos jornais do Triângulo Mineiro até o final da década de 1960.

Nesse contexto, a maior parte das notícias referentes a UNE apresentava caráter pejorativo desta entidade, como revelava o artigo: “Atentado da UNE teria sido uma farsa mal montada” (*Lavoura e Comércio*, 10/01/1962). Este declarava que o metralhamento a sede do referido órgão teria sido uma mentira arquitetada por seus dirigentes, acusados de representarem um foco do partido comunista no país.

Na sequência dos acontecimentos, o *Correio de Uberlândia* destacava em seu noticiário, “Decretada a prisão de ex presidente da UNE” (03/02/1962), a detenção do ex-presidente da UNE, Manuel Conrado Ribeiro, devido ao fato deste ter sido acusado de colocar obstáculos nos trilhos dos bondes na ocasião de uma greve estudantil. Passagem que revelava um cenário de perseguição ao movimento estudantil, mesmo antes da implantação da ditadura civil-militar.

A *Folha de Ituiutaba* também publicou várias notícias relacionadas às ações da UNE nesse período, como a manchete: “A União Nacional dos Estudantes e a verba de 300 milhões” (06/06/1962), a qual acusava a referida entidade de utilizar indevidamente a verba de trezentos milhões em eventos ligados ao comunismo.

No intuito de transparecer uma visão neutra sobre o assunto, o mesmo jornal publicou a carta de defesa de Aldo Silva Arantes, então presidente da UNE acusado de comunista, na qual este realizava uma forte denúncia sobre as desigualdades sociais existentes no país. Logo é possível perceber que qualquer discurso que denunciasse as injustiças sociais e a falta de democracia era associado ao comunismo.

[...] Suicídio da democracia é o governo das oligarquias, o mandonismo do poder econômico, a fome do povo, a miséria dos camponeses, o desamparo dos trabalhadores. Suicídio da democracia é o governo das minorias, o povo afastado das decisões eleitorais, é a mentira oficializada, a fome legalizada, o desrespeito às inclinações populares. Trair a democracia é negá-la defendendo a estrutura atual do país. Negar a democracia é defender o capitalismo que esmaga o povo. Esmagar o povo, é deixá-lo como ainda agora, morrer a míngua, morrer como tem vegetado [...]” (sic) (*Folha de Ituiutaba*, 06/06/1962).

Destaca-se que apesar da improvável revolução comunista no Brasil, o contexto da Guerra Fria e da Revolução Cubana fez com que os Estados Unidos voltassem seu olhar para a América Latina já que o comunismo era uma realidade nesse continente.<sup>3</sup>

A UNE nesse período, por assumir um perfil esquerdista, teve suas ações fortemente debatidas pela imprensa de todo o país. Grande parte dos jornais veiculou representações depreciativas dessa entidade, como o *Correio de Uberlândia* na notícia “Mais estudantes que se desligam da UNE”.



Figura 6: Notícia sobre o desligamento de estudantes no Rio de Janeiro da UNE <sup>4</sup>

Fonte: *Correio de Uberlândia*, 30/08/1962.

3 “Todavia, logo a insatisfação de setores sociais do Primeiro Mundo em relação a condição dos povos do Terceiro Mundo teria de redirecionar seu discurso. Estava-se diante de uma nova forma de dominação ‘imperialista’, indireta, econômica e de intervenções políticas. Também, a lógica da Guerra Fria impunha uma divisão internacional do poder que gerou artificialismos absurdos no estabelecimento de fronteiras e na moldagem de sociedades nacionais. Estes artificialismos iriam implodir dramaticamente após a Queda do Muro de Berlim, em 1989, que findaria a Guerra Fria. Mas, desde sempre, os frutos da divisão pretendida pela bipolarização renderam conflitos e revoltas. O momento em que este artificialismo revelou-se absurdo para um maior contingente de pessoas em todo o mundo, o momento em que a *práxis* antiimperialista sofreria uma inesperada mutação, tornando-se uma das principais bandeiras dos movimentos estudantis e das novas esquerdas, foi a Guerra do Vietnã, que eclode em 1961” (GROPPO, 2000, p. 67).

4 “RIO 29 (SE) – Por 192 votos contra 81, o Centro Acadêmico ‘Benjamim Constant’, da Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, decidiu desligar-se da União Nacional dos Estudantes e da União Metropolitana dos Estudantes. Reconheceu a entidade estudantil que a UNE e a UME são ‘órgãos perturbadores da vida universitária e da própria pátria’. Os acadêmicos de Medicina distribuíram nota oficial, em que enumeram as razões que determinaram o rompimento” (*Correio de Uberlândia*, 30/08/1962).

A divulgação do desligamento dos alunos da Escola de Medicina do Rio de Janeiro da UNE e UME, por serem considerados “órgãos perturbadores da vida universitária e da própria pátria”, indicava uma aversão quanto às ações e causas políticas desenvolvidas por esses importantes núcleos de integração estudantil. Além disso, incitava os estudantes e a sociedade locais a não serem contundentes com as ações desenvolvidas pelas referidas entidades.

O temor de setores dominantes da sociedade quanto à manifestação de ideias comunistas no meio discente se refletia por meio do constante ataque de parte da imprensa ao movimento estudantil. De modo que, as eleições para a escolha dos representantes de importantes entidades e a organização de seus eventos, eram sempre julgados e muitas vezes acusados de mobilização comunista. Na matéria “Comunistas querem dominar a AMES” (*Correio de Uberlândia*, 02/11/1962), os jovens com ideias politizadas eram acusados de manifestarem interesses em lançar chapa única nas eleições de 1962 da AMES, na ocasião do XVI Congresso Metropolitano dos Estudantes Secundários no Rio de Janeiro.

A perseguição ao movimento estudantil nacional nesse período não se dava somente diante as acusações dessas entidades de manifestarem ideias comunistas. Assim como indicava a matéria “Estudantes não querem pagar o 13º” (*Correio de Uberlândia*, 17/11/1962), a qual abordava que os representantes da UBES discordaram da proposta do ministro Darcy Ribeiro de repassar recursos públicos para que os donos dos estabelecimentos de ensino privado pudessem pagar o décimo terceiro salário a seus funcionários. Logo é perceptível a veiculação de representações que incitavam a defesa dos interesses capitalistas burgueses pelo *Correio de Uberlândia*.

Em Uberaba o *Lavoura e Comércio* se apresentava firme no propósito de divulgar as ações da UNE e alertar a população local quanto a necessidade de se combater possíveis manifestações de caráter comunista entre a juventude. Nesse sentido, foram publicadas variadas matérias, dentre estas se pode destacar “Universitários vão combater infiltração comunista” (16/08/1963), a qual abordava a organização de um grupo de estudantes na Guanabara para a desagregação da “infiltração comunista” no meio discente.<sup>5</sup>

Nesse cenário, tal entidade foi constantemente acusada de comunista, como revelam os artigos: “UNE é pseudônimo do Partido Comunista” (*Lavoura e Comércio*, 23/08/1963); “Presidente da UME admite ligação da UNE com os comunistas” (*Lavoura e Comércio*, 29/08/1963), os quais afirmavam que a UNE no ano de 1963 foi patrocinada por forças políticas comunistas estrangeiras, recebendo financiamento de “fontes inconfessáveis” para a realização do Seminário de Estudantes do mundo subdesenvolvido.

---

5 É importante destacar que se organizaram no país ações estratégicas de conspirações contra o governo de João Goulart, articuladas através do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES); Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD); e Escola Superior de Guerra (ESG), contando com amplo financiamento dos Estados Unidos. Nesse cenário, parte da grande imprensa nacional apresentou suas contribuições, com destaque para o jornal *O Estado de São Paulo* (DREIFUSS, 1987).

A famosa e polêmica obra escrita pela então jovem estudante Sonia Sanganfredo, “UNE instrumento de subversão”, também foi divulgada em Uberaba, que se tratava nesse período de importante centro universitário do estado. <sup>6</sup>

Nessa ocasião o *Lavoura e Comércio*, com o apoio da Sociedade Rural de Uberaba, divulgou o convite dirigido aos jovens e a toda a sociedade uberabenses para prestigiar a visita dessa autora ao município, observa-se:

[...] UNE INSTRUMENTO DE SUBVERSÃO – de autoria da gaúcha SONIA SANGANFREDO, está em Uberaba. É um livro de palpitante atualismo escrito por uma jovem universitária que sofreu a perseguição dos grupos comunistas da UNE e teve a coragem de desmascará-los perante a nação. SONIA SANGANFREDO, está em Uberaba. Esta jovem valorosa, autêntica expressão da juventude intelectual brasileira, idealista, inteligente e intrépida, estará hoje falando a juventude uberabense e à nossa sociedade. Às 20 horas na Sociedade Rural, Sonia Sanganfredo entrará em contato com as famílias uberabenses (*Lavoura e Comércio*, 28/10/1963).

Percebe-se a exaltação de elogios do referido jornal, dirigidos a Sonia Sanganfredo, pela publicação da obra e pela iniciativa em denunciar a possível infiltração comunista entre os dirigentes da UNE nesse período. Logo é plausível inferir sobre a ocorrência da união de setores tradicionalistas conservadores da região, no intuito de mobilizar a população para o controle da juventude em relação ao afastamento de ideias comunistas entre estes. <sup>7</sup>

De modo geral, é possível perceber que os jornais *Correio de Uberlândia* e *Lavoura e Comércio* se destacaram por divulgarem as ações da UNE de modo pejorativo, sempre acusando seus integrantes de subversivos e comunistas por estes defenderem os direitos das camadas menos favorecidas. Tal ocorrência pode ser explicada, devido ao fato de que, esses órgãos da imprensa apresentavam perfil político conservador no que se refere às estruturas sociais vigentes.

Essa representação depreciativa da UNE feita pela imprensa regional ganhou força após 1964. Logo o cenário de perseguição ao movimento estudantil nacional, principalmente representado pela UNE, foi ganhando novos adeptos, perante o novo sistema político autoritário.

Em Ituiutaba, o *Correio do Triângulo* manifestou seu posicionamento contrário às ações empreendidas pela UNE nesse momento, consideradas de caráter comunistas. Assim como demonstrava o artigo “Os comunistas e a UNE”:

6 Tal obra representou um marco na luta ideológica contra o movimento estudantil nacional-reformista. Foi publicado por subsídios concedidos pelo IPES e verba do governo norte-americano. “Distribuído gratuitamente aos milhares, vendido nas livrarias por preço módico e com ampla cobertura da imprensa [...]” (DREIFUSS, 1987, p. 290).

7 É importante destacar que o contexto da Guerra Fria, de disputas e confrontos ocorridos após a segunda guerra mundial entre os Estados Unidos, representante do capitalismo e a União Soviética, líder do bloco socialista, gerou sérios reflexos na América Latina durante as décadas de 1950 e 1960. As relações interamericanas se organizaram por meio da Organização dos Estados Americanos (OEA), como forma de manter a hegemonia norte-americana nessa localidade. Em 1959 a vitória da Revolução Cubana, liderada por Fidel Castro atrelada ao socialismo soviético provocou uma tensão permanente nas relações interamericanas. Em pouco tempo, a revolução em Cuba provocou pânico entre as burguesias latino-americanas, desencadeando golpes militares em série. No ano de 1961 a chegada de Kennedy ao poder nos Estados Unidos não reduziu a luta contra a expansão do comunismo nos países da América. Logo este propôs aos países latinos o programa Aliança para o Progresso, no intuito de erradicar movimentos políticos de contestação e seu aproveitamento pelos comunistas (DABÊNE, 2003).

INFILTRAÇÃO COMUNISTA – Há anos - e notadamente no governo do sr. João Goulart – os sindicatos e as agremiações estudantis têm sofrido o efeito das infiltrações comunistas. Em sua ânsia de conquistar mais um satélite, os membros da filial brasileira do PC internacional têm procurado intervir nas classes mais susceptíveis de organização – os operários e os estudantes [...] Os países da cortina de ferro também contribuíram para a desmoralização de nossa juventude [...] A tarefa política do estudante como tal, é por demais parecida à do operário [...] Quando o estudante pretende abalar a sociedade em que vive, o movimento sofre um processo de deterioração, corrompe-se, fale por si mesmo ou leva o próprio país ao caos! (*Correio do Triângulo*, 09/08/1964).

Por meio do artigo acima, verificou-se mais uma vez declarações sobre a circulação de ideias comunistas no meio estudantil referentes ao período do governo anterior de João Goulart. De forma que, os países comunistas eram considerados como desmoralizadores da juventude brasileira. Sendo perceptível que o referido jornal divulgava uma visão distorcida dos fatos, de modo que, o movimento estudantil foi acusado de promover o caos na sociedade, e não, os alarmantes índices de desigualdade social. Nessa perspectiva, os estudantes foram comparados aos operários, devendo estes de acordo com tal ideário, serem submissos ao sistema capitalista vigente.

Torna-se importante salientar que não foi encontrada nessa pesquisa nenhuma matéria jornalística que demonstrasse a apologia explícita ao comunismo realizada pelo movimento estudantil em geral.

É necessário destacar também que grande parte das representações sobre a mobilização estudantil nos jornais dos grandes centros econômicos do país veiculou ideais que consideravam os jovens como imaturos e despreparados, não vendo com bons olhos as suas reivindicações e lutas, já que estas poderiam lhes causar grandes “males” e “prejuízos” (SANFELICE, 1986). No entanto, não se deve esquecer o fato de que, o posicionamento da imprensa variava de acordo com as tendências políticas do contexto em questão.

O XXVIII Congresso da UNE promovido na capital mineira em 28 de julho de 1966 rendeu várias críticas do *Lavoura e Comércio* na região, antes mesmo de sua realização.<sup>8</sup> Dentre essas merece destaque os artigos: “Congresso de Estudante não será realizado” (26/07/1966); e “Congresso da UNE visa a dissolução da estrutura social” (27/07/1966):

BELO HORIZONTE - 27 (SE) – A Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais ainda se encontra em posição contrária a realização do Congresso Nacional dos Estudantes da UNE, congresso este que está marcado, em princípio, para ser realizado a partir do dia 28. Afirmaram as autoridades que o conclave seria um ponto de partida para um movimento nacional, visando a dissolução da estrutura social (*Lavoura e Comércio*, 27/07/1966).

---

8 Os motivos de realização desse Congresso não foram salientados pelo *Lavoura e Comércio*. Dentre esses se pode destacar a luta pela revogação do acordo MEC-USAID, em defesa das universidades federais e da escola pública, pela alfabetização de todos, por um ensino secundário de qualidade e pela revogação da Lei Suplicy de Lacerda (SANFELICE, 1986).

A ênfase em negar a proibição da realização de tal evento indicava a articulação do jornal com os interesses políticos dos grupos que estavam no poder nesse momento, os quais temiam qualquer manifestação que contrariasse a manutenção da estrutura social vigente.

Após a efetivação desse Congresso da UNE, o mesmo jornal publicou de forma parcial o saldo de tal acontecimento, divulgando a ocorrência da detenção de dezenas de universitários pelo DOPS na notícia “Enquadrados na Lei de Segurança 42 estudantes” (*Lavoura e Comércio*, 09/09/1966).

Os padres dominicanos de Belo Horizonte foram acusados de infringirem a lei, ao protegerem os estudantes participantes do movimento, sendo considerados como desafiadores do governo, na matéria “IPM no congresso dos estudantes” (*Lavoura e Comércio*, 02/08/1966).

É importante salientar que tais matérias divulgadas por parte dos jornais da região em relação às ações do movimento estudantil nas capitais, eram originárias da grande imprensa nacional, que em grande parcela representava os interesses das forças políticas autoritárias (KUSHNIR, 2004).<sup>9</sup>

Nessa perspectiva, o *Lavoura e Comércio* se revelou aliado ao governo civil-militar em divulgar o posicionamento deste em relação ao movimento discente. Como se pode destacar na matéria “Castelo não quer agitação estudantil” (*Lavoura e Comércio*, 13/09/1966), a qual afirmava que o presidente Marechal Castelo Branco se reuniu como diretor do Serviço Nacional de Informações (SNI) e os ministros da Educação e da Justiça, no intuito de buscar “soluções” para a “crise estudantil”.

A resposta de Castelo Branco após as manifestações do movimento estudantil por todo o país em 1966 foi imediata, com a criação do MUDES que também foi divulgada pelo *Lavoura e Comércio*, o qual publicava reportagens que circulavam na grande imprensa brasileira. Tal notícia foi manchete do dia “O MUDES será um desafio ao idealismo de nossa juventude” (*Lavoura e Comércio*, 15/09/1966):

Rio, 15 (SE) – Em solenidade realizada no Palácio das Laranjeiras, o marechal Castelo Branco assinou mensagem a ser encaminhada ao Congresso Nacional, propondo a emissão de letras intransferíveis do Tesouro para a criação e manutenção do Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social (MUDES), que segundo definição do chefe do Executivo – ‘constitui um desafio do idealismo de nossa juventude’ e lhe dá ‘oportunidades de transformar o protesto vazio e a vocalização de ‘slogans’ em ação efetiva para corrigir injustiças, minorar sofrimentos e aperfeiçoar a capacidade produtiva da comunidade’[...] Explicando o significado do MUDES, disse o marechal Castelo Branco: É essencialmente idéia e iniciativa dos estudantes [...] destinada à enorme tarefa de contribuir para a alfabetização, a transmissão de técnicas de trabalho às populações desfavorecidas, a educação sanitária e o melhoramento das condições de vida das massas do Interior e da população rural. Dois conceitos fundamentais devem nortear a ação estudantil: ‘o trabalho estar na base do voluntariado e exercer-se através de ação comunitária’ [...]

---

9 Parcela da grande imprensa teve que se enquadrar na nova ordem social estabelecida, de forma que vários impressos passaram a promover as ações do governo em troca de privilégios, estabelecendo troca de favores entre o poder da imprensa e o poder político (KUSHNIR, 2004).

Percebe-se que a publicação acima ocupou uma posição de destaque nesse impresso, revelando o grande interesse de divulgação do MUDES na região. Tal manchete apresentava claramente a defesa da articulação do movimento estudantil de direita e do discurso dos militares, ocultando a realidade educacional e social brasileira. Logo se evidenciava no momento de criação do MUDES a enunciação de ideias não condizentes com os reais objetivos perseguidos por este. Já que o mesmo foi pensado pelo próprio governo no intuito de desarticular o movimento estudantil crítico e contestatório das injustiças sociais vivenciadas nesse contexto. Além disso, apresentava propósitos educacionais voltados exclusivamente para o mercado de trabalho e desenvolvimento do capitalismo.<sup>10</sup>

A preocupação com a repercussão do movimento estudantil nacional nessa localidade crescia na imprensa triangulina, em setembro de 1966 destacam-se as notas: “Alastra-se a inquietação estudantil por todo o País” (*Lavoura e Comércio*, 17/09/1966) e “Movimento estudantil ganha corpo e galvaniza atenção nacional” (*Tribuna de Minas*, 23/09/1966):

O povo brasileiro vem acompanhando com real interesse e expectativa os últimos acontecimentos que ocorrem na área estudantil nacional, que dia a dia vem tomando proporções maiores e preocupando autoridades e povo.

**Razões.** Segundo se pode constatar entre outras, são as seguintes as principais razões do atual movimento: os estudantes são contra a anuidade escolar, são contra a Lei Suplicy e são contra o impedimento de tomar parte na vida política nacional [...] De um modo geral, as opiniões se dividem [...]

**Repercussão.** O movimento vem ganhando o interior. Em Ribeirão Preto houve quebraadeiras e espancamentos. Em Goiânia houve mortes tanto de estudantes quanto de policiais. **Uberaba.** Em Uberaba o DCE pediu permissão para efetuar passeata de adesão e apoio ao movimento, mas a Delegacia Regional não permitiu. A passeata deveria efetuar-se no dia 20. Outrossim, a Polícia uberabense expediu Nota Policial solicitando aos pais e responsáveis pelos estudantes que impedissem qualquer inconveniência, pois poderiam ser enquadrados na Lei de Segurança Nacional. **Uberlândia.** Jornais das capitais deram nota que Uberlândia participaria do movimento estudantil que ora irrompe [...] Até o momento que redigíamos a presente nota, nada havia de positivo a respeito.

Nesse cenário o movimento estudantil recebeu destaque pela imprensa de todo país, pois este se configurou como uma preocupação de toda a sociedade, devido aos rumos que tal manifestação da juventude poderia tomar frente ao contexto político vivenciado.

Por meio da matéria acima, é possível evidenciar mais uma vez o contexto nacional de agitação discente e repressão do governo civil-militar aos estudantes e sua repercussão no Triângulo Mineiro. De modo que, parte dos discentes locais protestou contra as agressões dirigidas aos representantes do movimento estudantil nas capitais nesse período. Por

---

10 “Na medida em que passou a repercutir no exterior a violência que o governo estava desenvolvendo contra a universidade, o movimento estudantil e os universitários, o ministro do Planejamento, Roberto Campos justificou a mesma sob o ponto de vista econômico-financeiro: as greves freqüentes estavam acarretando muitos prejuízos. Seu conselho era para que os estudantes não lutassem pelas suas universidades, mas que se engajassem de corpo e alma no MUDES, então presidido por Ney Braga” (SANFELICE, 1986, p. 111).

outro lado, destaca-se o intuito da *Tribuna de Minas* em alertar as famílias para que estas afastassem os jovens da região da violência imposta.

Enquanto a maior parte da imprensa triangulina que circulava nesse período acusava o movimento estudantil nacional liderado pela UNE de comunista, o *Correio Católico*, principalmente a partir do ano de 1966, apontava constantemente a violência sofrida pelos estudantes por parte do governo, sem, no entanto, explicitar sua defesa a estes, já que se viviam anos de extrema censura direcionada a imprensa.

Em setembro de 1966, mês de efervescência do movimento discente por todo o país, o *Correio Católico* destacava as matérias: “SP: polícia prende 300 estudantes” (08/09/1966); “BH: luta entre estudantes e polícia” (17/09/1966); “Estudantes na mira das cassações” (23/09/1966), as quais enfatizam as punições dirigidas aos jovens manifestantes.

Apesar desse jornal não desqualificar as ações dos integrantes do movimento estudantil nas capitais, por outro lado veiculava o discurso dos representantes do governo em relação ao conflito vivenciado, certamente no intuito de não se comprometer com o cenário em questão. Assim como indicava a nota: “Estudantes: govêrno quer diálogo” (sic) (*Correio Católico*, 27/09/1966):

[...] o ministro da educação, prof. Moniz de Aragão, reafirmou a intenção do govêrno de dialogar com os estudantes e anunciou diversas providências governamentais que atenderiam algumas das reivindicações apresentadas pelos universitários [...]

Na sequência dos acontecimentos, esse periódico também publicou no dia seguinte até mesmo a falsa possibilidade de queda da Lei Suplicy, anunciada pelo então ministro da educação, como pode se observar em “Lei Suplicy vai cair”:

[...] o ministro Moniz de Aragão, da Educação, informou que o govêrno está disposto a manter diálogo com os estudantes e examinar as suas sugestões, principalmente no que diz respeito ao pagamento das anuidades dos estabelecimentos de ensino superior. Disse também que o govêrno vai separar as reivindicações realmente de caráter estudantil das de ordem política, desmentindo, que houvesse intenção de enquadrar os estudantes na Lei de Segurança Nacional (sic) (*Correio Católico*, 28/09/1966).

Tais discursos veiculados pela imprensa nacional indicavam a estratégia do governo em amenizar a discussão sobre o cenário de ataques ao movimento estudantil, perante a sociedade, bem como o objetivo de desarticular as manifestações dos universitários, enfatizando que estes não deveriam se engajar em reivindicações de caráter político.

No ano de 1967 o *Lavoura e Comércio* continuava firme na defesa da posição direitista de criminalização ao movimento estudantil nacional. Logo merecem evidência as matérias que indicavam o cenário de perseguição a esse: “Estudantes e líderes sindicais os próximos cassados” (16/02/1967); “DOPS e SNI prendem estudantes” (27/02/1967); “Congresso Estudantil não será permitido (26/06/1967); “Congresso da UNE não será realizado” (06/07/1967); “Estudantes acusados de guerrilhas” (18/07/1967); “DOPS

prende líder estudantil” (01/08/1967). Todas essas enfatizavam a condição de estudante manifestante como um dos principais inimigos do poder instituído.

O *Correio do Triângulo* também fez circular na microrregião do Pontal do Triângulo Mineiro artigos que repudiavam a participação do estudante na vida política do país, exercendo severas críticas a UNE, considerada como entidade subversiva e acima de tudo “desmoralizadora da juventude”. Nesse sentido, ressalta-se o texto “A UNE e a Subversão”:

Se alguém de extraordinária boa fé, ainda tivesse qualquer dúvida sobre o caráter subversivo da UNE dominada por jovens intoxicados por ideologias exóticas, explorados e teleguiados por quartéis-generais estrangeiros localizados fora do País, certamente estará agora ciente dos verdadeiros propósitos dessa organização clandestina e ilegal [...] Em vez de passar a vida a repetir slogans fabricados no exterior, o estudante brasileiro deveria fundamentalmente cumprir a sua missão: estudar. Não deveria êle esquecer-se, afinal de contas que, as escolas públicas são custeadas pelo dinheiro do povo, pelo dinheiro arrecadado nos impostos. O estudante que faz agitação e não estuda rouba o povo e se transforma em um privilegiado (*sic*) (*Correio do Triângulo*, 14/10/1967).

Verifica-se por meio do artigo acima a defesa de uma visão direitista conservadora de sociedade conforme os interesses do governo então vigente. Nessa perspectiva, os representantes da UNE foram considerados como verdadeiros criminosos, acusados de serem alienados a ideologias estrangeiras de viés comunista e de se aproveitarem ilegalmente do dinheiro público. Além disso, enfatizava que os estudantes deveriam exercer a única função de estudar e que aqueles que participassem de manifestações não estariam cumprindo com o seu dever. Em suma, tal publicação jornalística acabava por incitar a opinião pública a se rebelar contra os estudantes participantes do movimento estudantil, já que estes eram acusados de roubarem o povo, por estudarem em instituições públicas, custeadas pelos impostos pagos por toda a população.

E assim prosseguia as preocupações da imprensa triangulina com o direcionamento das ações do movimento estudantil nacional, assumindo em sua maior parte uma posição contrária a luta empreendida pela UNE.

De modo geral, é possível evidenciar que entre os anos de 1967 e 1968, o *Lavoura e Comércio* de Uberaba e a *Tribuna de Minas* de Uberlândia assumiram posição de destaque na imprensa da região, por fomentarem a representação depreciativa da UNE e suas lideranças, como foi possível perceber devido ao grande número de matérias publicadas nesse período que desmoralizavam esses estudantes.

Em maio de 1968 a *Tribuna de Minas* publicava a nota “Estudantes Terroristas Prêsos”, discorrendo sobre a prisão de cento e cinquenta e quatro estudantes da Faculdade de Medicina em Belo Horizonte pela polícia militar e o DOPS, sob a pena de bombas de gás lacrimogêneo e cassetetes. Pois estes foram acusados de terem feito de reféns vinte e um professores e o diretor da instituição.

Após descrever os acontecimentos, o redator desse jornal emitiu sua visão sobre tal cenário, acusando os militantes de “baderneiros” e causadores de “prejuízos a nação”, como é revelado abaixo:

[...] **A PÚBLICO**. Por outro lado levanto uma questão para que o público julgue se o que esses moços querem é estudar ou fazer badernas causando prejuízos ao país, como está ocorrendo ultimamente. Os pais desses flagelados que tem procurado desequilibrar a normalidade brasileira, precisam aconselhar a estes rapazes que as suas funções é o estudo, para que se tornem bons profissionais e não destruir o que é para eles e para os outros o futuro. E também forjar anarquias, obedecendo a elementos ripários da sociedade, por causa de seus procedimentos que causam danos à sua pátria (*Tribuna de Minas*, 07/05/1968).

A colocação desse discurso é uma importante referência, pois contextualizava uma representação sobre o estudante de acordo com os interesses repressivos do governo autoritário. O jovem engajado em manifestações de ordem política era considerado como anarquista e criminoso e que poderia causar sérios danos ao futuro da sociedade e da pátria. Do mesmo modo, os movimentos sociais em geral, eram vistos pelos setores dominantes como ameaças a estrutura da sociedade, sendo representados pelo imaginário da desordem.

Nessa perspectiva a *Tribuna de Minas* assim como o *Correio do Triângulo*, tentava convencer a opinião pública sobre a criminalização do movimento estudantil, convocando os pais de estudantes a conterem estes e convencê-los de que sua função se restringia aos estudos.

De modo geral, salienta-se que a imprensa por todo o país sofreu graves consequências durante o governo autoritário, que por meio de medidas altamente repressivas, exerceu severa censura e controle desses meios de comunicação. Por outro lado, há que se destacar a importância desses veículos para a legitimação do governo instituído, de forma que devessem propagar representações favoráveis as medidas de manutenção do sistema. Assim buscavam a circulação de um ideário único na sociedade brasileira em um regime antidemocrático (MOTTA, 2013).

O *Lavoura e Comércio*, somente no ano de 1968, publicou onze matérias apresentando o ponto de vista do poder instituído em relação às manifestações dos estudantes nos grandes centros. Dentre tais publicações pode-se destacar “Educação quer dialogo com líderes estudantis” (*sic*):

Ministério do Exército afirmou que não existe nenhuma preocupação relacionada a manifestação estudantil programada, hoje na Guanabara acrescentando que o próprio povo está contra tais manifestações. A noite passada alguns estudantes tentaram perturbar o trânsito na Av. Rio Branco. Ao mesmo tempo, o ministro Tarso Dutra, da Educação, anunciava que está disposto a dialogar com os líderes estudantis, em qualquer lugar e a qualquer hora, sôbre as reivindicações da classe. Disse que preferia o dialogo numa estação de televisão, por tempo indeterminado sôbre todos os assuntos, a fim de que todo o Brasil tome conhecimento de quem está com a razão (*sic*) (*Lavoura e Comércio*, 19/06/1968).

As declarações circuladas pela imprensa buscavam evidenciar o intuito dos militares em convencer a população em geral, de que os estudantes manifestantes eram perturbadores da ordem e que o governo estaria tranquilo em relação a essas mobilizações, ocultando o verdadeiro cenário de perseguição e agressão a que esses jovens militantes foram submetidos.

Nesse viés, circularam pela imprensa de toda a região dezenas de matérias, sempre relacionando a ordem e o estabelecimento da disciplina aos militares e a baderna e a subversão aos estudantes que ousassem protestar contra o poder instituído.

A efervescência do movimento estudantil por todo o mundo no ano de 1968 chamou a atenção até mesmo da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a qual realizou conferência em Paris em outubro de 1968 com representantes políticos de diversos países.

Nessa ocasião foram discutidas soluções para as constantes manifestações da juventude em diversas partes do globo, consideradas por essa entidade como fenômeno social. De acordo com a *Tribuna de Minas* em: "UNESCO e os problemas estudantis" (18/10/1968), o então ministro Tarso Dutra esteve presente no evento, sem, no entanto, emitir nenhum pronunciamento.

Os acontecimentos de outubro de 1968 com a ocorrência de várias manifestações em universidades brasileiras renderam várias publicações nos jornais *Lavoura e Comércio* e *Tribuna de Minas*, que passaram a noticiar quase que diariamente as agitações estudantis no Brasil, também denominadas de "Baderna subversiva", como é destacado abaixo:

Depois de mudar duas vezes o ponto inicial marcado para o começo de suas manifestações, cerca de 300 estudantes se reuniram na rua 25 de Março e realizaram uma série de pequenos comícios contra 'repressão do governo'. As manifestações duraram uma hora. O centro da cidade estava policiado por tropas da Força pública - e isso obrigou os estudantes que haviam marcado o início da manifestação para a Praça da República e depois para a Praça do Correio - a limitarem suas manifestações a rua 25 de Março. A polícia, tão logo informada da manifestação, enviou para lá um carro de presos e duas peruas com soldados da tropa de choque. Os estudantes, porém impediram o tráfego na rua 25 de Março e as viaturas policiais ficaram imobilizadas a menos de cem metros dos manifestantes [...] Dez prisões (*Tribuna de Minas*, 27/10/1968).

Desse modo, os discentes manifestantes das grandes cidades ganhavam destaque em boa parte da imprensa como perturbadores da ordem e da paz, discurso este produzido como estratégia de desresponsabilizar o governo pelas medidas repressivas aplicadas em diversos setores da sociedade.

Foi perceptível que durante o ano de 1968 ocorreu o crescimento do número de notícias que abordavam a violência do governo civil-militar contra o movimento estudantil nacional, e que então passaram a ocupar a posição de manchetes do dia. Nesse sentido, foram contabilizadas vinte e oito matérias publicadas pelo *Correio Católico* e quinze

pertencentes ao *Lavoura e Comércio*, ou seja, cerca de 14% de todas as matérias analisadas referentes aos estudantes nas capitais.

Nesse contexto, o *Correio Católico* continuava a divulgar em suas páginas os retratos da violência praticada contra as manifestações estudantis de caráter politizado por todo o país e o mundo. Assim como destacavam as matérias: “Dois estudantes agonizam no Ceará” (27/06/1968); “BH: Fôrça x estudantes” (20/08/1968); “Polícia invadiu universidade” (30/08/1968); e “Estudante baleado morreu ontem na GB”, como se pode observar abaixo:

Morreu na madrugada de ontem, no Hospital Samaritano, onde estava internado desde o dia 21 de julho passado, o estudante comerciante Manoel Rodrigues Ferreira, baleado na cabeça pela Polícia Militar da Guanabara, durante as manifestações estudantis daquele dia e que foram reprimidas violentamente [...] (*Correio Católico* 06/08/1968).

Os embates entre os estudantes representantes da direita contra os representantes da esquerda, opositores ao governo militar, também eram retratados pelo *Correio Católico*. Como na ocasião do famoso conflito da Rua Maria Antônia em São Paulo, em outubro de 1968, quando alunos do Mackenzie, representantes da direita ligados ao Comando de Caça aos Comunistas (CCC), com o apoio da Guarda Civil, enfrentaram os esquerdistas do curso de Filosofia da USP. Observa-se a seguir a manchete “Luta entre estudantes: um morto”:

São Paulo, 4 – Um secundarista de 20 anos, José Guimarães, morto com um tiro na cabeça, três universitários feridos a bala, mais de uma dezena com ferimentos resultantes de pedradas, além do incêndio de cinco carros do governo estadual e aproximadamente três dezenas de detenções, foi o saldo da batalha travada ontem, durante 10 minutos entre os alunos da Universidade Mackenzie e da Faculdade de Filosofia da USP, na Rua Maria Antônia. A luta entre os universitários teve como palco os prédios das Faculdades e a rua em toda a sua extensão. Toda espécie de armas foi usada, desde tijolos, rifles e revólveres até bombas de gás lacrimogêneo. Mais de 500 coquetéis “Molotov” foram atirados contra o prédio da Filo-USP, provocando vários pequenos incêndios (*sic*) (*Correio Católico*, 04/10/1968).

A notícia acima é apresentada de forma sensacionalista, por meio do saldo negativo da violência entre os opostos grupos estudantis, revelando a morte de um estudante, os ferimentos e a prisão de dezenas de discentes, bem como a destruição de parte do prédio da USP.<sup>11</sup>

Ressalta-se que a duração do conflito foi de aproximadamente dez horas e não apenas dez minutos como é divulgado pelo *Correio Católico*. De acordo com Cardoso (1998, p.34) “O ataque à Maria Antonia foi realizado com pedras, tiros e bombas, tendo durado desde o final da manhã até a noite do dia 3 de outubro, durante 10 horas ininterruptas”.<sup>12</sup>

11 “A essa altura, o movimento estudantil já apresentava certo desgaste, não só por conta dos confrontos frequentes com a polícia e a repressão que sofria mas também por causa dos inúmeros embates políticos internos, deflagrados pelas diferentes organizações coexistentes no movimento, que discordavam sobre qual luta deveria ser privilegiada pelos estudantes: a política ampla ou a reivindicatória específica” (SANTANA, 2007, p.94).

12 Nesse cenário, destaca-se que parte da grande imprensa brasileira passou a encarar o radicalismo da esquerda estudantil como a interconexão do radicalismo da extrema direita. Fato que representava uma espécie de “teoria dos

Na manchete do dia 16 de outubro de 1968, “Estudantes removidos para Carandiru”, o *Correio Católico* destacava de forma comovente a remoção de mais de duzentos estudantes presos no Congresso da UNE, realizado em um sítio em Ibiúna-SP, do presídio Tiradentes para a casa de detenção no Carandiru.<sup>13</sup>

Após a prisão desses jovens, o mesmo jornal voltava a estampar em suas páginas parte dos desfechos de tal acontecimento, informando a população sobre o direito de liberdade destes, na reportagem “Líderes estudantis serão liberados” (*sic*):

Os estudantes presos no Congresso da UNE em Ibiúna, deverão ser soltos quinta-feira próxima. Segundo a Lei de Segurança Nacional, no dia 12 estará completando o prazo máximo de prisão preventiva na atual legislação. Os estudantes foram encarcerados há dois meses e a prisão só pode durar um mês com mais 30 dias de prorrogação. Os líderes José Dirceu, Travassos, Wladimir Palmeira e outros deverão ser beneficiados com a medida judicial. Os advogados requereram aos ministros relatores do Supremo Tribunal Federal, a soltura dos presos antes do julgamento do HC. Foram requeridos ao STF três HC para 36 estudantes (*sic*) (*Correio Católico*, 09/12/1968).

De acordo com Poerner (1995), nesse momento a grande imprensa passou a mobilizar a opinião pública nacional em repúdio a violência praticada aos estudantes, já que esta tomava rumos sem precedentes.

Entretanto, os líderes estudantis José Dirceu, Luís Travassos e Vladimir Palmeira só foram liberados em setembro de 1969 e em seguida enviados ao México, em decorrência de resgate “[...] exigido para a libertação do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, sequestrado dias antes, pela Ação de Libertação Nacional (ALN) e pelo Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8)” (POERNER, 1995, p.294).

Logo se evidencia o empenho do *Correio Católico* em informar a população local sobre a opressão e a violência contra o movimento estudantil nacional. Certamente no intuito de alertar as famílias e os jovens para o afastamento do contexto de repressão vivenciado, já que Uberaba se constituía nesse período como principal núcleo do movimento estudantil universitário na região.

Após ser decretado o AI-5 houve uma queda no número de notícias publicadas em relação ao movimento estudantil nacional e também regional, com destaque para os órgãos da imprensa que criminalizaram este, já que sucedeu o acirramento da repressão a todos os setores da sociedade brasileira. Logo, a discussão sobre as manifestações discentes de caráter político contestatório aos interesses do governo autoritário desapareceu das páginas dos jornais de Ituiutaba e Uberlândia no ano de 1969.

Ocorreram em seguida inúmeras prisões, torturas, sequestros, exílios e assassinatos de líderes estudantis, sindicais, intelectuais e jornalistas. Sendo institucionalizada a censura aos veículos de comunicação da época.

---

dois demônios” que, na visão liberal conduziria a sociedade a uma violência sem rumos (NAPOLITANO, 2014).

13 Na ocasião do XXX Congresso da UNE foram presos centenas de delegados e principais dirigentes dessa entidade. “Poucos eram os que, naquela circunstância, não pensavam que as camadas médias, pela via do movimento estudantil, tinham ocupado o lugar que, tradicionalmente, se atribuía à classe operária na revolução que se queria acreditar iminente” (CUNHA, 1988, p.35).

Assim foi realizada a censura prévia na grande imprensa das matérias que seriam publicadas, de forma que os censores, emanados pela polícia federal examinavam o material que estava sendo produzido para a publicação e/ou telefonavam nas redações vetando e até proibindo a publicação de um número inteiro.

A gama de assuntos vetados era ampla: corrupção do governo, greves, crises políticas, protestos estudantis, as condições de vida dos cidadãos comuns, citações a determinados indivíduos (dom Hélder Câmara, por exemplo), além da própria informação sobre a existência da censura (ROMANCINI; LAGO, 2007, p.130).

Muitas notícias relacionadas ao movimento estudantil e aos acontecimentos e manifestações de caráter politizado presentes na sociedade tinham sua publicação vetada na grande imprensa, como forma de silenciar essas vozes que lutavam contra a opressão imposta pelo governo.

O *Correio Católico* prosseguiu durante o ano de 1969 na divulgação das punições praticadas contra os estudantes em grupos isolados de luta armada que protestavam contra as iniquidades do governo ditador.

Dentre as notícias que circularam nesse contexto, pode-se destacar o título: “Estudante condenado a 16 meses de xadrez” (*Correio Católico*, 26/06/1969), o qual abordava a condenação de Eduardo Abramovay a dezesseis meses de detenção pelo Conselho Permanente de Justiça Militar da II Auditoria de Guerra em decorrência da Lei de Segurança Nacional.

Durante o segundo semestre de 1969 ocorreu uma queda acentuada no número de matérias que circularam na região em relação ao movimento discente e a condenação a grupos isolados de estudantes que participaram da luta armada contra o governo civil-militar. Tal fato pode ser explicado devido ao recrudescimento do regime político, por meio da legislação altamente repressiva que acabou por desarticular o movimento estudantil nesse período.

As últimas notícias encontradas na imprensa triangulina referentes ao cenário de perseguição aos estudantes no país foram publicadas nos jornais de Uberaba. A manchete “Estudante escapa da pena de morte” (*Lavoura e Comércio*, 20/12/1969) abordava a condenação a dez anos de reclusão de Claudio Torres da Silva, enquadrado na Lei de Segurança Nacional, por ser acusado de ter sido um dos sequestradores do embaixador americano Charles Burke Elbrick.

Nessa ocasião o promotor José Mannes Leitão afirmou, segundo o referido jornal, que “[...] só não pediu a pena de morte por que a mesma foi instituída 21 dias após o acontecimento em pauta”. Ocorrência que demonstrava mais uma vez o cenário de extrema violência imposta aos que ousassem desafiar o governo vigente.

Por meio desse capítulo pode-se evidenciar a existência de diversas manifestações políticas discentes publicadas nos impressos que circularam nos municípios de Uberaba,

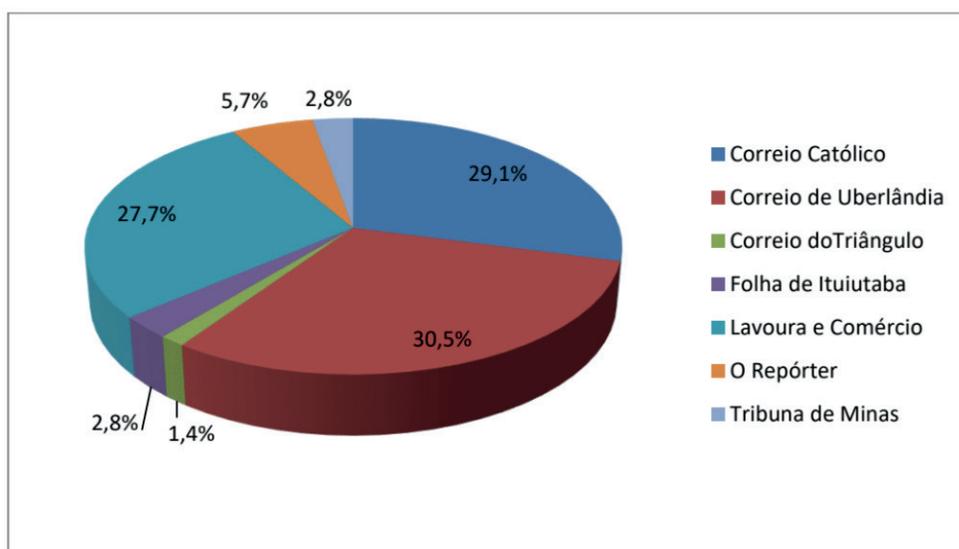
Uberlândia e Ituiutaba durante os anos de 1950 e 1960, bem como o posicionamento destes em relação à ocorrência das ações do movimento estudantil na região e também no país nesse cenário.

Foi possível aferir que o jornal escrito nesse período, por ser um dos principais meios de comunicação na sociedade, foi muitas vezes utilizado pelos estudantes do contexto investigado como veículo de divulgação de suas reivindicações, campanhas, protestos e esclarecimentos perante as autoridades e a população em geral, mesmo que em pequenas notas.

No que se refere às ações politizadas dos discentes da região, evidenciou-se que foram publicadas noventa e cinco matérias referentes aos universitários e apenas quarenta e seis relacionadas aos secundaristas. Ocorrência esta que indicava um maior engajamento político dos alunos de ensino superior, como reflexo de um processo nacional nesse período.

Da soma geral de cento e quarenta e um textos encontrados referentes a essas mobilizações políticas de secundaristas e universitários no Triângulo Mineiro, foram calculados os percentuais de notícias publicadas em cada periódico, assim como indica o gráfico a seguir:

Gráfico 2 – Percentual de matérias que abordavam a realização de greves, campanhas e manifestações políticas envolvendo estudantes nos periódicos de Ituiutaba, Uberaba e Uberlândia (1950-1969)



Fonte: Dados da Pesquisa, 2017 <sup>14</sup>

<sup>14</sup> Não foram encontradas publicações referentes a essa temática nos impressos tijuquanos *Correio do Pontal* e *Cidade de Ituiutaba*.

Desse modo, constatou-se que o *Correio de Uberlândia* se destacou durante todas as décadas de 1950 e 1960 na publicação de ações politizadas envolvendo tanto secundaristas quanto universitários em Uberlândia, de forma que este foi responsável por 30,5% do material encontrado. Em seguida, tem destaque o *Correio Católico* com 29,1% e o *Lavoura e Comércio* com 27,7%. Porém é importante ressaltar que estes últimos concentraram suas publicações em torno dos universitários, em detrimento aos secundaristas, assim como demonstrou o quadro 2 deste estudo, em decorrência principalmente do movimento pela criação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro em Uberaba, ocorrência que ocupou grande parte do noticiário relacionado a tal temática.

Além disso, salienta-se o fato de que os gráficos 3 e 4 demonstraram que a imprensa da microrregião do Pontal Mineiro destinou pouco espaço para a divulgação de manifestações políticas envolvendo estudantes, principalmente no período posterior a implantação do regime civil-militar.

No período anterior a referida ditadura no país teve destaque no *Correio de Uberlândia*, desde o início da década de 1950, as campanhas dos secundaristas representados pela UESU contra as anuidades escolares, que nesse momento apresentavam sintonia com as lutas empreendidas pelo movimento estudantil secundarista nacional. No entanto, constata-se que após o golpe civil-militar não se tem notícia nos jornais locais sobre a realização de novas greves em protesto contra o valor das taxas cobradas pelos estabelecimentos de ensino.

Percebeu-se que ainda nos anos de 1950 e início dos anos de 1960 foi comum em toda a região a organização de entidades estudantis diversas de caráter político partidário, envolvendo tanto secundaristas quanto universitários na defesa de seus ideais. Nesse período, ocorreu na imprensa triangulina a divulgação de reivindicações políticas diversas provenientes do meio estudantil, mesmo que em pequenas notas. Logo mereceu destaque o movimento que precedeu a federalização da Faculdade de Medicina em Uberaba e as constantes cobranças aos dirigentes políticos quanto ao prosseguimento de obras públicas, em busca de melhorias para essa localidade.

Após a chegada dos militares ao poder, no primeiro momento sucedeu o apoio de vários setores da sociedade local ao novo governo instituído, inclusive de grande parte da imprensa, por meio das participações nas famosas “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”. Ainda no agitado ano de 1964, verificou-se a perseguição ao movimento estudantil triangulino, principalmente direcionada ao grande grupo de secundaristas representados pela UEI, UESU e UEU, que teve que se adequar as exigências impostas pela legislação repressiva do regime ditatorial.

Ocorreram também outros reflexos do cenário nacional no Triângulo Mineiro, como as denúncias e os protestos praticados pelo Diretório Central dos Estudantes de Uberaba e parte dos universitários em Uberlândia contra a violência cometida pelo governo militar ao movimento estudantil nacional, além do repúdio aos acordos MEC-USAID, veiculados principalmente pelo *Correio Católico*.

Logo se destaca que este órgão da imprensa apresentou perfil diferenciado dos outros jornais da região nesse momento, na forma de abordagem de suas notícias, que tendiam a apresentar o estudante militante não como vilão subversivo, mas como sujeito que precisava ser tutelado, certamente em decorrência da ascensão católica na dirigência da UNE, a partir de 1961.

No ano de 1967 a imprensa uberabense demonstrou apoio aos Centros Acadêmicos das faculdades locais pelo projeto de criação da Faculdade Federal do Triângulo Mineiro no município, movimento que acabou desaparecendo das páginas desses jornais no ano de 1969. Ocorreram também mobilizações dos alunos da Faculdade de Engenharia pela aquisição de prédio próprio para essa instituição. Já em 1968 foi evidenciada na região, assim como em nível nacional, a comoção com a morte do secundarista Edson Luis, a qual gerou manifestações de secundaristas e universitários em Uberaba e Uberlândia.

Foi perceptível a ocorrência de um posicionamento político ativo por parte de considerável parcela desses estudantes que utilizavam os jornais escritos como veículo de divulgação de seus anúncios, comunicados e ações perante a sociedade letrada local. No entanto, considera-se o fato de que, o espaço concedido às entidades discentes era imbuído do intuito de acompanhar de perto e controlar as ações da classe estudantil local, principalmente durante o governo civil-militar.

De modo geral, foram identificadas consequências do autoritarismo imposto por esse regime político ao movimento estudantil da região, principalmente após dezembro de 1968, quando ocorreu o agravamento da repressão e violência contra as manifestações dos jovens estudantes e conseqüentemente a desarticulação de suas reivindicações políticas.

Observou-se que o movimento estudantil nacional era enfatizado negativamente, comparado às ações dos estudantes na região. Já que os estudantes locais e suas famílias participavam diretamente do público leitor desses jornais. Prontamente, o posicionamento desses periódicos sobre a participação política do jovem discente é mais claramente delineado por meio do estudo das matérias relacionadas a UNE nesse contexto.

Foram encontradas cento e duas matérias jornalísticas relacionadas ao movimento estudantil nacional que veicularam a criminalização da UNE, principalmente na segunda metade da década de 1960, acusando esta de subversiva e comunista, por contestar as medidas autoritárias do governo e denunciar as injustiças sociais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim esses veículos de comunicação na região, em sua maioria, fizeram circular representações que incitavam o controle e a tutela da juventude em relação ao afastamento de ideias comunistas, mesmo que essas não fossem uma realidade presente em todos os setores estudantis, e do cenário de violência vivenciado pelo movimento nacional nas capitais.

Tendo por base a perspectiva defendida por Chartier (2002), de que as representações nunca são discursos neutros, sendo capazes de gerar respeito e submissão, considera-se de modo geral, que as representações de imprensa na região sobre as mobilizações políticas dos estudantes durante as décadas de 1950 e 1960 contribuíram para a circulação de um imaginário entre a sociedade local que valorizava o jovem comprometido com os interesses dos grupos que estavam no poder.

Pode-se afirmar que o movimento estudantil ganhou espaço nos jornais nesse período, por isso deveriam ser representados como cidadãos comprometidos com a ordem e o progresso do país, e não com a baderna e a quebra do *status quo*. Dessa forma, os periódicos investigados tentaram impor um estereótipo aceitável de estudante. Fato que pode explicar a constante preocupação de parte da sociedade com as ações da juventude nesse contexto.

De modo geral, reafirma-se a lógica de que os dados presentes nos impressos jornalísticos reconstroem parte da forma em que a realidade social era construída por determinado grupo social (BAUER; GASKELL, 2002). Logo se considera que tais representações estavam condizentes com a visão de mundo do público consumidor desses jornais.

Em suma, foi possível iniciar a discussão sobre as ações e os ideários políticos de jovens estudantes da região e do país divulgados por grande parte da imprensa no Triângulo Mineiro no período em questão. Dessa forma, acredita-se ter contribuído para o desvendamento de parte das representações que circularam na sociedade triangulina em relação ao movimento estudantil em geral.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Maria P. Nascimento. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

ARDUINI, Juvenal. Arduini, Juvenal - Biografia. In: *Revista do Arquivo Público de Uberaba*, Uberaba-MG: Arquivo Público de Uberaba, 1992.

BARBOSA, Marinalva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

BAUER, Martin. W.; GASKELL, George; ALLUM, N. C. Qualidade, quantidade e interesse do conhecimento - evitando confusões e a construção do corpus: um princípio para a coleta de dados. In: BAUER, Martin, W; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis, RJ: Vozes, p.15-63, 2002.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del3199.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del3199.htm)>. Acesso em 03 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942. Rio de Janeiro, 18 de abril de 1931. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 04 dez. 2018.

CACCIA-BAVA, Augusto; COSTA, Dora Isabel da. O lugar dos jovens na história brasileira. In: CACCIA-BAVA, Augusto, PÂMPOLS, Carles Feixa e CANGAS, Yanko González (orgs.). *Jovens na América Latina*. São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

CAPELATTO, Maria Helena. R. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto-EDUSP, 1988.

CHARTIER, Roger. *A beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Tradução Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

\_\_\_\_\_. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro; Lisboa; Bertrand Brasil: Difel, 1990.

\_\_\_\_\_. *O mundo como representação*. Estudos Avançados, vol.5, n.11, São Paulo: USP, jan-abr, p. 171-191.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade crítica: o ensino superior na república populista*. 3.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007. <https://doi.org/10.7476/9788539304554>

\_\_\_\_\_. *A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CUNHA, Luis Antônio. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo* [online]. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília-DF; FLACSO, 2005, 270 p. Disponível em <<http://books.scielo.org>>. Acesso em 01 jun. 2019. <https://doi.org/10.7476/9788539303021>

CUNHA, Luiz Antônio; GOES, Moacyr de. *O golpe da educação*. 11. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

DABÈNE, Olivier. América Latina no século XX. Tradução: Maria Izabel Mallmann. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. Mídia, cultura e revolução. São. Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DAYRELL, Juarez. *A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude em Belo Horizonte*. Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Educação, 2001. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022002000100009>

\_\_\_\_\_. O jovem como sujeito social. In: *Revista Brasileira de Educação*, Set /Out /Nov /Dez 2003, n.24, p 40-52. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04>>. Acesso em 30 out. 2018. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300004>

DINES, Alberto. *Papel do Jornal: uma releitura*. 4. ed. São Paulo: Summus, 1986.

DREIFUSS, René Armand. *1964, a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1987.

FORACCHI, Marialice Mencarini. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira Editora, 1972.

\_\_\_\_\_. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

FRANCO, Isaura Melo. *A Formação da Cultura Estudantil Tijucana (Ituiutaba-MG, 1950-1960)*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, 2011.

\_\_\_\_\_. *Estudantes tijucanos em cena: história de suas organizações políticas e culturais (Ituiutaba-MG, 1952-1968)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, 2014, 187 p.

GERMANO, José Willington. *Estado Militar e educação no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GHIRALDELLI JR., Paulo. *Educação Física Progressista*. São Paulo, Loyola, 1988.

\_\_\_\_\_. *História da educação brasileira*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GROPPO, Luís Antonio. *Autogestão, universidade e movimento estudantil*. Campinas-SP: Autores Associados, 2006.

\_\_\_\_\_. *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

\_\_\_\_\_. *Uma onda mundial de revoltas: movimentos estudantis nos anos 1960*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2000. Disponível em <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000210231>>. Acesso em 22 mai. 2015.

HOLLANDA, Heloísa. B. e GONÇALVES, Marcos A. *Cultura e participação nos anos 60*. (Coleção Tudo é História: 41) 1. ed. (1982), 1ª reimpressão, São Paulo: Brasiliense, 1999.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: entre jornalistas e censores*. In: REIS, Daniel Aarão et. al. (orgs). O golpe e a ditadura militar quarenta anos depois (1964-2004). Bauru-SP; Edusc, 2004.

LOPES, Sonia Maria Gomes. *A criação da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro: primeiros anos (1953-1960)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, 2016, 181 p.

LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luíza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

\_\_\_\_\_. História dos, nos e por meio dos periódicos: trajetórias e perspectivas analíticas. In: PINSKY, Carla. (Org.). *Fontes Históricas*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

\_\_\_\_\_; MARTINS, Ana Luísa. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento Estudantil e Ditadura Militar (1964-1968)*. Campinas: Papyrus, 1987.

\_\_\_\_\_. Os estudantes nas ruas, de Goulart a Collor. In: MARTINS FILHO, João Roberto. *1968 faz trinta anos*. Campinas-SP: Editora da Universidade de São Carlos, 1998.

MARZON, Izabel. A.; JANOTTI, Maria de Lourdes. M.; BORGES, Vavy. P.A esfera do político na produção acadêmica sobre São Paulo. In: FERREIRA, Antonio. C.; De LUCA, Tânia. R.; IOKOI, Zilda. G. *Encontros com a História: percursos históricos e historiográficos de São Paulo*. São Paulo: UNESP, 1999.

MENDES JR. Antônio. *Movimento estudantil no Brasil*. (Coleção Tudo é História: 23) São Paulo: Brasiliense, 1981.

MENDONÇA, José. *História de Uberaba*. Uberaba-MG: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1974.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

PALMA FILHO, João Cardoso (org). *Pedagogia Cidadã*. Cadernos de Formação. História da educação 3, São Paulo: PROGRAD/UNESP, 2005, p.61-74.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação*. História da Educação. 3. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP- Santa Clara Editora, 2010, p.85-103. Disponível em: < [https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/337931/1/caderno-formacao-pedagogia\\_3.pdf](https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/337931/1/caderno-formacao-pedagogia_3.pdf) > Acesso em 06 set. 2019.

POERNER, Artur José. *O poder jovem*. História da participação política dos estudantes brasileiros. 24. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. 2. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

\_\_\_\_\_. *O romantismo revolucionário da Ação Popular: do cristianismo ao maoísmo*. Unicamp, Campinas-SP, 1998. Disponível em: <[http://www.cedema.org/uploads/ Ridenti.pdf](http://www.cedema.org/uploads/Ridenti.pdf)>. Acesso em 23 out. 2018.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. *História do jornalismo no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2007.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 23. ed. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1999.

SANFELICE, José Luis. *Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

SANTANA, Flávia de Angelis. *Atuação do movimento estudantil no Brasil: 1964 a 1984*. São Paulo, SP, 2007. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2007. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-23012008-113411/>> Acesso em 15 ago. 2018.

SAVIANI, Demerval. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. Campinas-SP: Autores Associados, 2007.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Tradução Mário Salviano Silva. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

\_\_\_\_\_. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930- 1964)*. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VELOSO, Caetano. *Alegria, alegria*, 1967. Disponível em <<https://www.vagalume.com.br/caetano-veloso/alegria-alegria.html>>. Acesso em 31 ago. 2018.

**ISAURA MELO FRANCO:** Doutora e Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, FAGED-UFU, na linha de História e Historiografia da Educação. Possui Graduação em Pedagogia pelo Instituto de Ciências Humanas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia, ICHP-UFU. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos da Educação. Tem experiência em pesquisas em História da Educação do Brasil República, com ênfase nos temas: educação e imprensa, juventude, movimento estudantil, cultura escolar. Trabalhou como professora no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Uberlândia (ICHP-UFU). Atuou como Coordenadora do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, PIBID no Subprojeto Pedagogia na Gestão Escolar. Atualmente trabalha como Especialista em Educação Básica na rede pública de ensino.

# O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO TRIÂNGULO MINEIRO

SOB A ÓTICA DA IMPRENSA ESCRITA  
NOS ANOS DE 1950 E 1960

-  [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
-  [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

  
Ano 2024

# O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO TRIÂNGULO MINEIRO

SOB A ÓTICA DA IMPRENSA ESCRITA  
NOS ANOS DE 1950 E 1960

-  [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
-  [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

  
Ano 2024